



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

Departamento de Mestrados, Pós-Graduações e Formação de Executivo

MICHELINE DE SOUSA RÊGO

O POTENCIAL HUMANO DOS DOCENTES E A MULTICULTURALIDADE NA
GESTÃO DA SALA DE AULA.

Lisboa

2020



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO (I.S.G.)

Departamento de Mestrados, Pós-Graduações e Formação de Executivo

MICHELINE DE SOUSA RÊGO

**O POTENCIAL HUMANO DOS DOCENTES FRENTE ÀS INFLUÊNCIAS
MULTICULTURAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de
Gestão, como parte dos requisitos para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão do Potencial Humano

Orientadora: Maisa Gomes Brandão Kullok

Lisboa

2020

RESUMO

A sociedade atual é multicultural, passa por transformações e influências culturais constantes, muitas vezes vistas de formas desiguais e discriminadas, por não seguir os padrões determinados pelas classes dominantes. O aluno leva para a escola as características do grupo social no qual está inserido, trocando costumes, hábitos e experiências. Passa, também, por pré-conceitos de pessoas que, geralmente, não têm conhecimento das realidades históricas e culturais dos grupos que compõem a sociedade. Nesse contexto é fundamental o papel da escola enquanto função social e do professor, para intervir no combate às desigualdades sociais e culturais e a quebra de padrões, levando o aluno a refletir e ampliar sua visão crítica. A escola é um espaço de diversidade, que tem no currículo uma ferramenta fundamental na elaboração das práticas inclusivas nas diretrizes trabalhadas, favorecendo o hibridismo cultural e transformador, sem discriminação, de modo a contribuir para a inclusão social, o crescimento pedagógico e humano.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; função social; aluno; inclusão social; discriminação

ABSTRACT

Today's society is multicultural, undergoes transformations and influences culture is constant, often seen in unequal and discriminated ways, for not following the standards determined by the ruling classes. The student takes to school the characteristics of the social group in which he is inserted, exchanging costumes, habits and experiences. It also involves pre-concepts of people who generally are not aware of the historical and cultural realities of the groups that make up society. In this context, the role of the school as a social function, and of the teacher, is fundamental, to intervene in the fight against social and cultural inequalities and the breaking of standards, leading the student to reflect and broaden his critical vision. The school is a space of diversity, which has in the curriculum a fundamental tool in the elaboration of inclusive practices in the guidelines worked, favoring cultural and transformative hybridism, without discrimination, in order to contribute to social inclusion, pedagogical and human growth.

KEYWORDS: School; social function; student; social inclusion; discrimination

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida, por me conceder sabedoria para os estudos.

À minha família, por todo apoio e incentivo, em especial aos meus pais Vera e Manoel.

Aos amigos, que compartilham conhecimento, em especial à Cris, pelo estímulo, à Cintia e Alice pelas leituras.

Agradeço aos professores da escola que foram colaboradores na pesquisa.

À Professora Doutora Máisa Brandão, pelos saberes, orientações e atenção, minha gratidão.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR.....	6
1.1. Cultura.....	6
1.2. Multiculturalismo.....	10
1.3. O Papel da Cultura na Construção do Currículo.....	14
2. CAPÍTULO 2 – A GESTÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR E O POTENCIAL HUMANO.....	17
2.1. Currículo.....	17
2.2. A Base Nacional Curricular Comum.....	19
3. CAPÍTULO 3 – GESTÃO DA ESCOLA.....	21
3.1. Gestão de Recursos Humanos nas escolas.....	22
3.2. Professores: parceiros da gestão escolar.....	23
3.3. A aplicação da moderna gestão de pessoas.....	24
3.4. A Escola e a Educação de Jovens e Adultos.....	27
3.5. A Gestão da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Rede Municipal de Maceió.....	27
3.6. Educação Básica e o Sistema Educacional de Ensino.....	31
3.6.1. Educação Básica e o Sistema Educacional de Ensino.....	31
3.6.2. Ação SEMED.....	32
3.6.3. O Plano Municipal de Educação de Maceió.....	38
3.7. Projeto Político Pedagógico da SEMED.....	39
3.8. Mudanças no cenário e impacto no comportamento humano nas organizações.....	40
4. CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	42
4.1. Problema de pesquisa e objetivos.....	42
4.2. Tipo de pesquisa.....	43
4.3. Caracterização.....	43
4.3.1. Amostra.....	43
4.3.2. Instrumentos de coleta de dados.....	43
4.4. Resultados.....	45
4.5. Conclusão da metodologia.....	52

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Qual a sua idade?.....	45
Gráfico 2 – Qual o tempo de trabalho na educação?.....	46
Gráfico 3 – Qual o seu grau de escolaridade?.....	46
Gráfico 4 – Qual o segmento que você leciona?.....	47
Gráfico 5 – Em sua opinião, as mudanças sociais, econômicas e culturais influenciam significativamente no dia a dia da escola?.....	47
Gráfico 6 – A escola cria conexão com a cultura em que o discente está inserido?.....	48
Gráfico 7 – A escola, quanto à função social, capacita o aluno para participação ativa na sociedade?.....	48
Gráfico 8 – Os professores entendem a educação como uma responsabilidade social?.....	49
Gráfico 9 – Os conteúdos curriculares estabelecem relação entre a teoria e as práticas.....	49
Gráfico 10 – As formações atualizam os professores para as rápidas mudanças multiculturais, que influenciam na educação?.....	50
Gráfico 11 – Você concorda que a escola é um espaço de trocas culturais e a educação é transmissora da cultura?.....	50
Gráfico 12 – Na sua opinião, a escola valoriza o multiculturalismo nas suas práticas pedagógicas?.....	51
Gráfico 13 – Você considera que as classes sociais que não são modelos idealizados da sociedade tradicional são excluídas no cotidiano escolar?.....	51
Gráfico 14 – Existe a formação de um currículo escolar que aborde questões relacionadas ao multiculturalismo, ensinando os alunos a não terem preconceitos e discriminação com as diversas classes sociais?.....	52
Gráfico 15 – O professor está preparado para entender o multiculturalismo e passar para os seus alunos como interagir e respeitar os diferentes grupos sociais de forma harmoniosa, minimizando os preconceitos e conflitos no ambiente escolar?.....	52
Tabela 1 - Média dos resultados do PISA.....	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar os desafios encontrados pelos professores no cotidiano escolar, bem como suas dificuldades frente às influências e fatores culturais e sociais aos quais os alunos estão submetidos, ao multiculturalismo e sua diversidade.

Estes são desafios cada vez mais constantes para os professores, que não estão preparados academicamente para este tipo de enfrentamento, mais a nível pessoal. O processo de formação dos professores está pautado ao ensino cognitivo, porém, atualmente os aspectos sociais estão evidentes em sala, tendo o professor que estudar, atualizar-se e qualificar-se, não só didaticamente, mas um aprofundamento reflexivo no saber social.

Frente às constantes e rápidas mudanças pelas quais passa a sociedade, o grande volume de informações e a globalização, faz-se necessário que a escola – principalmente – e os docentes acompanhem alunos que chegam com comportamentos diversos, para que seu trabalho tenha um bom andamento e que os conflitos sociais trazido por eles sejam refletidos e trabalhados pelos docentes. Para isto, devem adaptar e até mesmo modificar sua prática, mediante as mudanças sociais e culturais, de uma forma não discriminatória.

Havendo um trabalho conjunto com os alunos, será possível o docente adotar uma visão mais segura e crítica das mudanças e da realidade social. Para isso, reiteramos, que professor precisa estar cada vez mais atualizado, para receber a diversidade de alunos, já moldados no meio social em que vivem.

A escola também precisa ter um olhar mais voltado às mudanças sociais, para que saiba trabalhar a diversidade de alunos com suas particularidades de comportamentos e dificuldades de aprendizagem, que vem a ser um dos pontos de extrema importância para a aquisição da aprendizagem: vivenciar situações, diagnosticar no aluno seus limites, inclusive de socialização e trabalhar diretamente seus desafios e resistências no convívio escolar.

Os conflitos surgem pelo fato de que há uma padronização cultural: a escola e os docentes precisam abordar a questão, evidenciando que a escola é um espaço de socialização, sem preconceitos e discriminação e essa prática tem que ir além da escola. A partir do momento que não respeitamos e reconhecemos as raízes culturais, refletidas no comportamento, geramos conflitos, até de convivência. É preciso entender esta conjuntura para haver harmonia e respeito social.

Segundo Candau (2005), e com o qual concordamos, não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Nesse sentido, não há como se conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação.

O aluno precisa sentir-se pertencente ao ambiente escolar, com respeito e confiança. O professor e a escola precisam entender suas manifestações de comportamento e os défices de aprendizagem (quando existem), harmonizando a relação e estimulando o aluno a entender o universo escolar e no que ele o favorece.

Gauthier, Martineau, Desbiens, Malo, Annie & Simard (2006) adotam, a respeito desse assunto, nem cientificista, nem reflexivista[sic], que os professores acionam saberes e experiências e “saberes provenientes de sua formação profissional, bagagem certamente incompleta mas cujo peso não se pode desprezar” (pág.304).

Com as desigualdades sociais cada vez mais evidentes em nosso contexto histórico, a educação torna-se um desafio cada vez maior, pois é através dela, no processo de ensino aprendizagem, que buscamos as mudanças de comportamento, no sentido de formar cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres.

Mesmo com as dificuldades encontradas pelos professores de realizar um trabalho pedagógico que favoreça esse crescimento aos alunos, a escola é o espaço de construção de conhecimento que tem como objetivo atender às variadas manifestações culturais e sociais e trabalhar as diferenças e dificuldades de comportamento e aprendizagem e que deverá apoiar e estimular a busca desse crescimento.

As relações sociais e seus conflitos geram danos ao relacionamento e a formação dos alunos e a escola precisa ser mediadora e restauradora das relações. Lima (2007) afirma que a unidade educacional tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento dos sujeitos e a interação social destes.

Podemos afirmar que é na escola onde ocorre um processo de humanização – apesar de tal processo não ocorrer somente neste espaço. E neste processo de humanização, as interações entre professores e alunos se tornam necessárias, pois é o professor o responsável direto pela mediação de tal processo no espaço escolar.

A escola deve ser a base da valorização multicultural social, com forma de valorizar essa diversidade, quebrando os preconceitos, tão evidentes, refletido no comportamento dos alunos e para isto é necessário um olhar atencioso na hora de selecionar o currículo escolar a fim de formar o capital humano do futuro.

Muitas são as definições e concepções existentes sobre o que vem a ser currículo. Para alguns o “conteúdo de cada matéria” ou “o conjunto de saberes construído pela humanidade e que deve ser transmitido às novas gerações”, outros se referem à “proposta pedagógica da escola” e “aquilo que cai nas provas”. A verdade é que não se trata apenas de uma definição teórica, ou uma questão burocrática, esta definição vai muito além, pois passa pela concepção de mundo e da educação que se tem. O currículo escolar é a pedra angular do trabalho pedagógico realizado todos os dias nas escolas.

Quanto à origem, a palavra currículo vem do latim *currere*, que significa rota, caminho. Representa, então, a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas, com vista ao desenvolvimento pleno do estudante.

Para a gestão de conhecimento no ambiente educacional, o currículo escolar é o referencial. E na construção desse caminho é importante que exista uma indicação tanto de conteúdos quanto de formas de trabalho – “o que” e “como” trabalhar no dia a dia das salas de aula.

Na organização e gestão do currículo, a partir da sua escolha metodológica, a instituição pode adotar a abordagem disciplinar ou interdisciplinar. No modelo clássico disciplinar os conteúdos em disciplinas justapostas são abordados e representam as parcelas da experiência e do conhecimento humano.

No modelo interdisciplinar os conteúdos são desenvolvidos de forma integrada com as diferentes áreas do conhecimento em real trabalho de cooperação entre as disciplinas. No modelo interdisciplinar existem várias possibilidades de organização, mas, em todas elas é preciso um esforço consciente por parte da equipe escolar para tratar o conhecimento de forma integrada. O currículo pode já prever essa dimensão integradora ou os elementos que podem fazer ela acontecer na prática.

A flexibilidade é importante para responder às mudanças e atualizações em todas as áreas do conhecimento, incorporar novidades e considerar as necessidades futuras dos

estudantes que estão em formação. Sendo assim, o currículo deve ser um documento vivo, dinâmico e não algo estático, sempre igual ou acabado.

Há muitas possibilidades para se definir um currículo e não é tarefa simples selecionar o que irá compor cada proposta. São essas escolhas que ajudarão o ambiente educacional a formar cidadãos que viverão no mundo globalizado, mas que também trazem em sua bagagem de vida valores regionais.

Ou seja, mesmo que existam referências nacionais para se desenvolver habilidades e trabalhar conteúdos e competências tidas como essenciais para estudantes de qualquer parte do país ou do mundo, é o currículo escolar que garante como se pode, ao mesmo tempo, levar para a sala de aula a cultura local, o estudo de problemas da realidade e a aplicação do conhecimento, por parte dos estudantes face aos desafios que encontram em seu cotidiano.

Por fim, tendo em vista que o currículo escolar acontece de fato na instituição educacional, além de terem a prerrogativa para fazer escolhas a partir das referências nacionais ou de cada sistema de ensino, é importante que essas instituições dialoguem com os profissionais e equipes reconhecendo que eles têm crenças, valores, vivências e posicionamentos próprios construídos ao longo de suas histórias de vida e de suas trajetórias profissionais.

Esta preocupação com o currículo escolar leva à reflexão sobre o desenvolvimento das competências pedagógicas e a relação com a gestão da escola, que é na verdade, a gestão do potencial humano que se desenvolve no espaço educativo.

Desta forma, o problema de pesquisa proposto para esta investigação, é “Como os docentes da rede pública municipal de Maceió que atuam como professores de Jovens, Adultos e Idosos, se apropriam de saberes que valorizam a pluralidade cultural para lidar com estes alunos?”.

Para responder à esta questão, julgamos ser necessário estabelecer alguns objetivos a serem alcançados. Assim, o nosso objetivo geral consiste em *Analisar os componentes curriculares à luz da multiculturalidade e os desafios e obstáculos encontrados pelos docentes junto aos seus alunos, socializando a diversidade cultural do aluno*, como objetivos específicos pretendemos:

- Estudar as concepções de currículo e o multiculturalismo na gestão do conhecimento escolar;

- Analisar a gestão do currículo escolar de acordo com a Base Nacional Curricular e o Plano Nacional de Educação;
- Avaliar a gestão da escola e a prática pedagógica relacionada à educação de jovens, adultos e idosos – EJAII numa escola pública municipal;
- Refletir sobre a ação docente e a gestão do conhecimento escolar nesta relação pós Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e Base Nacional Comum Curricular.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a concepção de currículo na perspectiva do multiculturalismo, com ênfase na diversidade cultural.

O segundo capítulo apresenta a análise do currículo, sua constituição, organização de conteúdos, visando orientar a prática pedagógica na sala de aula e no dia a dia da escola.

O capítulo 3 discorre sobre a escola como um espaço de função social e instituição de regulação moral e social, pressupondo noções fixas de identidade cultural e nacional.

O capítulo 4 trata da metodologia e da pesquisa realizada, bem como a descrição dos dados obtidos.

Sabemos que este trabalho não se conclui aqui. Ainda há muito o que fazer e, esperamos ter contribuído para um novo olhar sobre o currículo escolar e a gestão deste conhecimento no ambiente educativo.

CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

1.1. Cultura

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas ideias sobre a concepção de multiculturalismo a partir do conceito de cultura, presente nas manifestações de comportamento que perpassa a sociedade e que não se pode desvincular da escola e da formação educacional e cultural do Homem.

A palavra cultura vem do latim, *cuidar*. Refere-se a comportamento, valores, crenças, regras e tradições diversas e históricas que influenciam no comportamento social, econômico e político das pessoas. A cultura está constantemente ligada à vida humana e à sua linguagem, que também tem sua origem em um processo histórico cultural, pois já nascemos dentro dela. É um fenômeno plural, ativo e transformador na vida do ser humano, pois somos nós que a passamos às gerações vindouras.

Antropologicamente, a cultura constitui um sistema de significados que as gerações compartilham e reproduzem para que não se percam no tempo. É um processo acumulativo de experiências, conhecimentos e informações que levam o homem a adaptar-se a vários ambientes. Portanto, a cultura é dinâmica e marcada pelas rápidas mudanças de comportamento, influenciadas pelas diversas informações através da globalização.

Os vários aspectos culturais representam particularmente sua diversidade, como a linguagem, originada de um processo histórico-cultural, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território, criadas para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que existem ao redor do mundo.

As múltiplas culturas formam a chamada identidade cultural dos indivíduos ou de uma sociedade, personalizando e diferenciando os membros de determinado lugar da população mundial. Diversidade significa pluralidade, variedade e diferenciação, conceito que é considerado o oposto total da homogeneidade.

Atualmente, devido ao processo de colonização e miscigenação cultural entre a maioria das nações do planeta, todos os países possuem a sua diversidade cultural, ou seja, as tradições e costumes de várias culturas diferentes. A globalização, em alguns aspectos, é vista

como um perigo para a preservação da diversidade cultural, pois há aqueles que acreditam na perda de costumes tradicionais e típicos de cada sociedade, dando lugar à características globais.

A cultura é um instrumento de libertação e ação, voltada para as relações sociais e reflexão econômica. Porém, percebe-se uma influência no comportamento, induzido pelo mercado do consumo que leva a população a uma unificação, a um padrão único da cultura, em determinados grupos.

Os sistemas de diferenças que organizam a sociedade em padrões de dominação e subordinação devem ser reconstruídos. Porém há grupos que estão expostos a comportamentos diversos influenciados por práticas que transformam e formam gerações críticas que contribuem com as mudanças de convivência e das regras da sociedade.

A diversidade na educação é ambivalência, porque é desafio a satisfazer, realidade com a qual devemos contar e problema para o qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido pela perspectiva democrática é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõe ao domínio das totalidades únicas do pensamento moderno. Uma das aspirações básicas do programa pro diversidade nasce da rebelião ou da resistência às tendências homogeneizadoras provocadas pelas instituições modernas regidas pela pulsão de estender um projeto com fins de universalidade que, ao mesmo tempo, tende a provocar a submissão do que é diverso e continuo “normalizando-o” e distribuindo-o em categorias próprias de algum tipo de classificação (Gimeno Sacristán, 2011, p123.)

Dito isto, podemos afirmar que a educação é um dos principais caminhos para acompanhar as mudanças com respeito, ética e passar estas reflexões aos educandos, pois está voltada aos acontecimentos sociais, que são refletidos em comportamento e posicionamentos no dia a dia da sala de aula, que deve acompanhar as mudanças, as questões que surgem cada vez mais e construir novas práticas escolares.

Deve-se quebrar padrões determinados pela sociedade, precisa-se buscar diversidade pois há uma necessidade cada vez maior de que a escola seja multicultural, trabalhando as diferenças, deixando a homogeneidade e buscando a hibridização das culturas, pluralizando ideias e comportamento.

A escola precisa adequar-se às mudanças cada vez mais rápidas que o mundo vive, à modernização das tecnologias. A nossa história e cultura constitui eticamente mais presente o que herdamos de índios e negros. Porém ao longo do tempo há muita exclusão, negação e

críticas, pois a luta em relação à discriminação é diária e a busca pelos direitos justos de cidadania na sociedade é constante.

Grandes aliados à quebra de preconceitos são os movimentos sociais, que lutam por direitos justos a todos, oportunizando a todos os espaços mais amplos na sociedade em educação, abrindo caminhos para as formações e profissionalização.

Em um país multicultural como o Brasil, a educação precisa acompanhar as mudanças e ser um dos principais canais a mostrar que as relações devem ter ética, respeito e valor e que a sociedade tem que estar trabalhando constantemente as políticas de igualdade e democracia. A cultura está ligada à educação, uma vez que no espaço da escola surgem as mudanças a partir do que é estudado e discutido, formando opiniões, quebrando amarras, cruzando as culturas. Ao longo do tempo, o conceito de cultura vem passando por várias transformações.

Com o acelerado ritmo da vida, que procura acompanhar os avanços tecnológicos e as sociedades com comportamentos cada vez mais complexos, as crianças vão percebendo mais cedo as imagens, detalhes, constituições familiares, que hoje configuram-se de várias formas e também observam os diversos comportamentos do mundo social e cultural ao seu redor e que influenciam também nas questões educacionais.

Na construção do saber através da aprendizagem o Homem conhece e constrói significados e saberes, que o engrandece e o torna pertencente a cultura.

Os novos tempos, estão produzindo novas discursões sociais, novas formas de desigualdade e perda de poder que se sobrepõe às velhas. O que é chamado “sociedade de dois terços e um terço,” parece ser um novo padrão, quase tão característico dos novos tempos, quanto a especialização flexível e a diferenciação social. O potencial para desigualdade é maior e não menor, numa sociedade heterogênea e diversificada (Hall e Jacques, 1990).

É preciso atentar que ao longo do tempo a cultura vem passando por diversas transformações. Cada cultura possui suas origens históricas, que devem ser respeitadas.

Nosso país, o Brasil, iniciou sua colonização em 1530 com a chegada dos europeus. Estes trouxeram hábitos, tradições e cultura, e encontraram no Brasil os índios, com suas próprias crenças e comportamentos. Atualmente, apesar de quase exterminada, muitos povos indígenas resistem e mantêm suas tradições por todos esses anos. Logo depois, com a vinda dos africanos, também foram adquiridos os costumes, crenças, danças e até a culinária do povo africano, que resistiu a perseguições e discriminações até os dias atuais, principalmente no aspecto religioso. Porém, a sociedade passou por mudanças, e atualmente há uma outra visão

dos grupos antes excluídos, onde estes têm conquistado e ocupado cada vez mais espaços na sociedade.

Neste trabalho, vamos observar às mudanças ocorridas na cultura brasileira, que possui uma diversidade de valores, costumes e práticas, sendo uma mistura de várias etnias: colonizado por portugueses, porém com grande influência indígena, africana e de várias povos que imigraram para o Brasil. A cultura faz parte do nosso dia a dia nas comidas, danças e crenças da sociedade, têm grande influência na vida das pessoas, nos seus comportamentos e costumes.

O desrespeito às diferenças e à diversidade, que é secular, ainda é muito forte. Há uma sociedade cheia de preconceitos e discriminação, tanto a nível social como racial, pois as oportunidades limitam-se a padrões determinados, criando uma imensa desigualdade social no país e este configura-se como uma meta de desenvolvimento para o país.

Compreendendo toda essa abordagem, podemos afirmar que o Brasil é um país rico em diversidade cultural, devido à sua extensão territorial e à pluralidade de colonização, criada pelos imigrantes, suas influências adquiridas ao longo do processo de construção da sociedade brasileira. Existem diferenças visíveis entre as regiões do país: as tradições indígenas e africanas são mais evidentes no norte e nordeste; no sul do país há uma forte influência da cultura europeia, devido às várias colônias de imigrantes europeus lá existentes, preservando seus costumes até os dias atuais.

Nesta perspectiva é importante abordar a cultura e a educação, pois não há indivíduo sem cultura e junto à educação, de onde não pode ser desvinculada, toda essa riqueza cultural contribuirá com a aprendizagem. Desta forma surge o multiculturalismo com a hibridização de etnias que é deixada às gerações.

Historicamente, a educação e as normas disciplinares da escola sofreram várias transformações. Junto a estas a necessidade da professor em acompanhar as mudanças cada vez mais rápidas e constantes no comportamento social, refletindo na escola através dos alunos, que buscam, dentro do contexto social em que estão inseridos, ao que eles se identificam, um reconhecimento que muitas vezes foge do padrões tradicionais exigidos pela sociedade e que ainda está em processo de inclusão no contexto social.

A escola é um espaço de pluralidade e diversidade cultural, que contribui para uma formação social dos estudantes em conviver e respeitar as diferenças. Por este motivo, a

escola precisa trabalhar atividades relacionadas à história, hábitos e cultura de onde os seus alunos vivem, resgatando suas origens.

O conhecimento da diversidade cultural do Brasil é importante para o crescimento crítico, formação de identidade e valores humanos. A valorização da cultura do aluno, do ambiente e das experiências que ele traz, faz parte do seu processo de crescimento e conscientização.

1.2. Multiculturalismo

A passagem do tema cultura para multiculturalismo se faz necessário para entendermos este fenômeno social, voltado ao pluralismo das culturas, comportamento social, diversidade étnicas, religiosa, herança histórica dos povos que colonizaram o Brasil com os costumes e tradições de diversas partes do mundo. O multiculturalismo busca compreender a sociedade, como esta se constitui, toda sua pluralidade, suas diferenças e diversidade.

As origens históricas precisam ser respeitadas. Mas o multiculturalismo quando se tira a oportunidade e se desrespeita a compreensão da diversidade, quando se aponta de forma discriminatória os negros, homossexuais, índios e refugiados. Portanto, é preciso reconhecer as diferenças, evitar a segregação e não se privilegiar e favorecer a elite – branca e rica, que não representa a maior parte da população brasileira.

Desde a década de 1990, que existe uma linha de pesquisa na educação voltada exclusivamente às questões multiculturais.

O surgimento do multiculturalismo se deu nos Estados Unidos da América, no século XIX, e foi criado por professores afro-americanos que desejavam combater a discriminação racial. Ganhou força nos anos de 1980 e 1990, quando o movimento foi aderido pelas universidades, com a globalização impulsionam essa expansão.

Segundo McLaren (2000, p. 110), há várias correntes do multiculturalismo. As características de cada posição tendem a misturar-se umas com as outras dentro do horizonte geral da vida social. Como em todas as tipologias e criteriologias, corre-se o risco de projetá-las em todas as esferas de produções culturais únicas, reduzindo a complexidade do assunto.

- **Multiculturalismo conservador** – inferioriza classes, como negros, chegando a classificá-los inferiores, cognitivamente; também índios e a supremacia do homem

sobre a mulher, mantem um poder de manipulação, limitando seus seguidores à reflexão e criticidade, tornando a cultura homogenia de acordo com seus ideais.

- **Multiculturalismo humanista liberal** – há uma igualdade entre as pessoas, porém as oportunidades sociais e educacionais limitam a competição entre as classes, mas que pode ser revertida e modificada, isso por ter uma influência significativa econômica e social.
- **Multiculturalismo liberal de esquerda** – ignora a real situação histórica e cultural e as importantes diferenças entre elas; as principais correntes escondem as características e diferenças em relação a classe, raça, sexualidade e gênero, a diferença independe de história, cultura e poder. Que a sociedade transforma através do valor dado aos grupos que estão em desvantagem, porém as pessoas não são reprimidas todo tempo, isso pode mudar as experiências vividas são primordiais na formação de sua identidade;
- **Multiculturalismo crítico e de resistência** – valoriza as diferenças e as transformações das relações com significados sociais; compreende as representações como resultados das lutas dos grupos com significativos de transformador nas relações sociais e culturais nas quais são gerados. Se o multiculturalismo crítico e de resistência não for transformador não haverá avanço. Porém recusa-se a ver a cultura como harmoniosa e democrática e sim como uma diversidade crítica e radical;
- **Multiculturalismo crítico e as políticas de significação** – considera que as diferenças devem ser compreendidas, pois fazem parte da história e da cultura.

Portanto, significa compreender as representações em raça, classe, gênero e em signos que mudam e evoluem, como resultado das lutas sociais e ideológicas, dando origem a regimes de representação para legitimar a realidade cultural, tanto as identidades formadas nas igualdades, quanto nas diferenças. A diferença é histórica, cultural e ideológica e deve ser compreendida na construção dos ideais e sua identidade.

A identidade se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere as diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência, da diferença e do contraste do outro (Hall, 2006 p. 50).

Tanto conservadores como liberais tentam compreender a cultura como um instrumento pacífico de equilíbrio em relação aos conflitos históricos e consideram que toda experiência tem significado. Por exemplo, a língua ajuda na compreensão das experiências e é um instrumento mediador.

A existência da pluralidade de línguas no mundo corresponde à existência de uma pluralidade cultural. A relação entre língua e seus falantes gera interesses e também conflitos.

De forma semelhante acontece com as culturas, que se relacionam e, às vezes entram em conflito umas com as outras. Porém, desta relação, há enriquecimento, pois falar a respeito do contato linguístico e cultural quase sempre é o mesmo que se falar sobre um sistema integrado interligado. A língua será sempre a mediadora das culturas.

A diferença não pode ser formulada como negociação entre grupos culturais diversos, contra um fundo de variação benigna ou contra uma presumida homogeneidade cultural (Chandra Mohanty, 1989/90, p181.).

A relação entre identidade e diferença, leva as pessoas a perceberem e compreenderem a etnicidade e o posicionamento, dando-lhes a possibilidade de fazer uma relação com o passado e com as raízes do seu povo na construção da história.

As diferenças nem sempre culminam no consenso, mas a cultura é um sistema de diferenças, onde há um hibridismo etnocêntrico que abre espaço às novas visões, sem privilegiar grupos que defendam uma ideia comum e desrespeitem as diferenças, essas constituídas pelas relações políticas e econômicas.

Em uma sociedade multiculturalista há uma melhor aceitação das diferenças, que precisam ser compreendidas como contradições sociais de transformação, produção ideológica e signos sociais, porém dando espaço a serem contestados nas relações sociais, econômicas e culturais. As relações socio econômicas requerem distinções a serem feitas entre os grupos com significação e organização, sem homogeneizar ou totalizar.

A visão multicultural ajuda os educadores a explorar como os alunos são diferenciados, sujeitos a ideologias e discursos, por meio de uma política de significação. Ela sugere que os educadores discutam sobre as questões da diferença, construindo uma aliança de consolidação, democracia e cidadania de luta pela liberdade, pluralizando através da diversidade de sujeitos sociais.

Os movimentos sociais são fundamentais nas lutas à diversidade cultural, abrindo o caminho aos excluídos, que lutam por questões étnicas e religiosas. As representações são resultados das lutas sociais, com o objetivo de dar ao cidadão acesso igual a todos. A vida social é geralmente organizada em padrões determinantes de subordinação, que devem ser constantemente reconstruídos.

Os signos não são, nem eternamente predeterminados, nem pan-historicamente multirreferenciais. Eles são, ao invés disso, considerados referenciais ou multirreferenciais no momento dos conflitos sociais (Mas'ud Zavarzadeh, Donal Morton, 1990, p. 156).

A diferença tem que ser vista de maneira não monocultural. É preciso construir uma política de consolidação de solidariedade, não voltada a imperativismo mas sim para desenvolver a democracia e cidadania crítica.

Merce aponta que [...] “solidariedade não significa que todo mundo pensa da mesma maneira, ela começa quando as pessoas têm a confiança de discordarem sobre questões porque, *dão importância à construção de uma base comum*” (1990, p. 68). Deste modo, a noção de cidadão tem sido pluralizada e hibridizada.

As diferenças não são apenas textuais e lingüísticas. As relações de poder não devem ser ignoradas. Diferenças são sempre diferenças, não são flutuações livres. Diferenças não são vistas como absolutas, irreduzíveis ou intratáveis, mas em vez disso, como polivocais e relacionais, sociais e culturais (Ebert, 1991).

O campo social está aberto à exploração de suas falhas e lacunas. As relações de poder têm consequências não intencionais de aspectos estruturais de opressão. Porém é possível afirmar que a dominação sem funcionalidade de signos e práticas sociais, opera por meio de estrutura diferenciada de raça, classe e gênero.

Um desenvolvimento humano que amplie a visão de mundo das pessoas através do conhecimento, da possibilidade de evolução, seja econômica, social e política na busca de seus direitos está ligada a educação, pois é através dela que irá capacitar-se em busca de crescimento e melhoria.

Os educadores devem afirmar os conhecimentos sociopolíticos e os posicionamentos éticos de seus alunos. O conceito de totalidade não deve ser abandonado completamente, nem todas as formas oprimem ou são democraticamente deficientes. As subjetividades táticas possibilitam os educadores, como agentes sociais, a recentrarem suas subjetividades com respeito ao tipo de opressão que está sendo confrontada e permitir transformar as amarras da ideologia. Atitudes que permitam o alcance da coalizão ao longo das diferenças (Sandoval, 1991).

Precisamos reafirmar o conceito de totalidade, não no sentido hegeliano de uma unidade orgânica, unificada e repressora, mas, ao contrário, como um sistema de relações e estruturas de diferenças sobredeterminados (Ebert, 1991).

No entanto, economias de relações de diferença dentro de totalidades historicamente específicas instáveis, que estão abertas à contestação e à transformação: relações de totalidade opressoras podem sempre ser desafiadas, quando injustas e opressivas, devem ser rejeitadas.

Diferentes concepções devem conviver mutualmente nos mesmos espaços sociais, mas não tentar, com isso, homogeneizar a cultura, mas sim pluralizar as concepções. Uma solidariedade centrada em torno de imperativos institucionalizados, por exemplo, toda e qualquer forma de racismo deve ser combatida para que se desenvolvam imperativos de libertação, democracia e cidadania crítica.

Dimensões políticas e econômicas nos levam a entender uma cultura equivalente à coletividade. Os agentes sociais internalizam os códigos e tornam-se produtos do meio, submetem-se a adaptação social e o que foi passado a eles, que é visto como fatos normais, identifica as pessoas dos diferentes meios sociais e por sua forma de pensar e agir.

1.3. O papel da cultura na construção do currículo

O currículo escolar tem que acompanhar as mudanças e transformações da sociedade. Para isso, os professores devem desenvolver estratégias para o processo de ensino aprendizagem e precisam estar atentos à realidade cultural e social dos educandos, não selecionar, classificar, excluir nem omitir e sim refletir coletivamente.

A escola é um dos principais locais onde a diversidade está fortemente presente nas diferenças e discursões culturais. Porém há uma necessidade de adequação do currículo, este deve estar em processo constante de construção pelas influências sociais diversas e de todas as mudanças que surgem diariamente no mundo e que refletem no comportamento e formação de conceitos da sociedade.

A cultura é muito diversificada, o currículo a acompanha, recebendo conteúdos diversos, com componentes de valorização distintas. O conflito se manifesta quando quer modificar as situações e os conteúdos que são passados através de apelos voltados para a base cultural do aluno, pois esse se confronta com uma grande variação curricular, mesmo trazendo conceitos e comportamentos do meio social em que vive.

A promulgação da lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que define no §1º do art. 26, que os currículos da Educação Básica, que compreende a

Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio [...] “devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa a realidade social e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”(Brasil,1996).

Ainda, de acordo com o art. 1º da lei 9394/96, acrescido dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A . Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e a Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§”Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (Brasil,1996).

Portanto, o art.210/1988,posteriormente acrescentado, afirma que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Todos estes aspectos reforçam a necessidade e o direito que as crianças têm de aprender sobre o comportamento político, cultural e social do Brasil e do mundo.

Portanto, o currículo é a estrutura funcional da escola, e o mesmo deve ser inovador, através do trabalho dos docentes, trazendo as experiências sociais e culturais vividas pelos educandos, com o objetivo de que seus conteúdos sejam emancipadores, objetivando uma ação educativa reflexiva que engrandeça o processo de ensino aprendizagem, para além do que propõem os livros, buscando na realidade dos alunos, dentro do seu contexto social, conteúdos significativos e tornando-os pessoas ativas e críticas que contribuam culturalmente junto à sociedade.

Avançamos em ver o currículo como um campo do conhecimento por excelência e em ver o docente como um profissional dos conteúdos curriculares, um grande avanço na identidade profissional. Reconhecemos que o importante de um desenho curricular ou de uma aula é que sejam ricos em conhecimentos, o que supõem dar centralidade ao ensino e aprendizagem de concepções, noções, teorias, leis, formulas, porém ainda distantes e deslocadas das , experiências sociais, das vivências dos educandos e dos próprios docentes. (Arroyo p-118).

Conhecer a própria história têm que ser garantia no currículo. Como referência social, marcamos nossa formação no trabalho, no cotidiano da sala de aula, na prática, preparando e ensinando a matéria. Porém com foco no aluno, para este alcance a aprendizagem fazendo a diferença e mudando sua vida.

No trabalho do docente, para somar à sua formação, ele aprende com os alunos. Tudo o que eles trazem e contribuem, ampliam sua função profissional, diversifica-se o repensar, a docência passa por resistências, há uma conformação em relação ao currículo na forma que está, voltado a números avaliativos. É preciso repensar que no processo ensinar- aprender, professores e alunos precisam voltar à condição humana de cultura, valores, vivências, emoções.

Quando os alunos põem sua condição humana tão precarizada, não se dá aula sem indagar suas vivências as incertezas que trazem do dia a dia, como vivem e pensam sobre o mundo o que discordam e o que aceitam no caos social que se encontram, não dá para separar sua realidade da escola e do seu aprendizado. Percebemos que a história social e humana dos alunos não pode ser indiferente ou separada do docente. Eles precisam perceber, ser sensíveis às realidades individuais de vida dos alunos, que precisam ser escutados e tanto seus direitos, quanto os dos docentes, têm de ser ampliados.

Construir a competência individual, através do conhecimento das aprendizagens e com ele transformar situações, analisando-as e definindo os direcionamentos, para alcançar metas, fazendo acontecer, focando e chegando a resultados, sempre levando a pessoa a perceber seu potencial humano.

CAPÍTULO 2 – A GESTÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR E O POTENCIAL HUMANO

No segundo capítulo desta investigação, vamos focar na análise do currículo, sua constituição, organização de conteúdos, com o objetivo de facilitar e orientar a prática pedagógica na sala de aula e no dia a dia da escola. Compreendemos que o currículo busca o que é primordial na aprendizagem do aluno, durante sua vida de escolaridade, potencializando-o e sistematizando os processos pedagógicos.

2.1. O currículo

O currículo é constituído pelos conteúdos e conhecimentos organizados e regrados que o aluno deve aprender: o plano de estudo que regula e organiza a prática didática da escola. Ele estabelece os níveis de ensino e os conteúdos aos graus e idades dos alunos, direciona a organização do ensino, fazendo distinção das disciplinas, ordenando os conteúdos e direcionando os métodos de ensino, delimita as referências para sua composição e a prática para seu desenvolvimento.

As disciplinas e todo o ensinamento científico do currículo, geralmente não coincidem com a realidade de vida dos alunos. Os docentes, através de sua identidade profissional devem buscar liberdade na função do ensinar e libertar-se das amarras tradicionais. Buscar na sala de aula o espaço para libertação, explorar os conhecimentos, para engrandecer valores, culturas, identidades e a vivência do aluno, para que a sala de aula e tudo o que acontece na escola tenham sentido pedagógico para o aluno.

Quando tudo isso é ignorado, deixa-se de fora do currículo a possibilidade de abrir novos caminhos curriculares e criar práticas significativas dentro do contexto social e cultural ao qual o aluno pertence. Conquistar essa dinâmica acaba sendo disputa com as concepções conservadoras e limitadas.

O currículo quando rígido, impõem-se sobre a criatividade, os conteúdos, às ordens das disciplinas, avaliações e acabam por ser um peso aos docentes, pois há imposição e menos discussão. Há uma luta por essa rigidez curricular, onde dois posicionamentos são vistos dos docentes que buscam, estudam, planejam com a visão social junto ao seu pedagógico e outros levados por normas, sequência, avaliação curricular, geralmente quantitativa.

De um lado os docentes da educação básica se tornaram mais autônomos como coletivos sociais, acumularam níveis de formação, conquistaram tempo de estudo, de planejamento, de atividades lutam para serem menos

aulistas, menos transmissores mecânicos de conteúdo, de apostilas, do livro didático; mais criativos, mais autores e senhores de seu trabalho individual e, sobretudo coletivo. De outro lado, as diretrizes e normas, os ordenamentos e as lógicas curriculares continuam fiéis a sua tradicional rigidez, normatização, segmentação, sequenciação e avaliação (Arroyo, 2013, p.35).

O currículo reflete a educação global com a diversidade cultural, engrandecendo o desenvolvimento social, pessoal e profissional, ajudando o aluno a uma melhor integração na sociedade. Há algo mais que conteúdos formalmente elaborados, pois a educação vai além dos tradicionais conteúdos, sua função deve ser também socializadora. O currículo assume um caráter global, renovador das relações pedagógicas, dos professores e das instituições.

Avançamos em ver o currículo como um campo do conhecimento por excelência e em ver o docente como um profissional dos conteúdos curriculares, um grande avanço na identidade profissional. Reconhecemos que o importante de um desenho curricular ou de uma aula é que sejam ricos em conhecimentos, o que supõem dar centralidade ao ensino e aprendizagem de concepções, noções, teorias, leis, formulas, porém ainda distantes e deslocadas das experiências sociais, das vivências dos educandos e dos próprios docentes (Arroyo, 2013, p. 118).

Há situações de que escola e seu respectivo currículo, têm processos de aprendizagem complexos. Isto ocorre devido a algumas situações como, por exemplo, atualmente as instituições escolares desempenham funções que antes eram responsabilidade da família, da igreja e de outros grupos sociais.

Com o ingresso cada vez mais prematuro da criança à escola, atualmente ela encarrega-se de todas as atribuições que antes não faziam parte dela, nem do currículo, pois os alunos passam cada vez mais tempo nas instituições de ensino.

A escolarização hoje, tem várias funções, não só de escolarizar, mas de diversos aspectos voltados para educação geral. Fazer da escolarização uma capacitação, para compreender e integrar-se na vida social, faz do currículo preparatório para compreender a vida real e cultural.

O aluno que se confronta com os mais variados aspectos do currículo não é um indivíduo abstrato, mas proveniente de um meio social concreto e com uma bagagem prévia muito particular que lhe proporciona certas oportunidades de alguma forma determinadas e um ambiente para dar significado ao currículo escolar. Não é fácil, portanto, pensar na possibilidade de um núcleo de conteúdos curriculares obrigatórios para todos, frente aos quais os indivíduos tenham iguais oportunidades de êxito escolar. A cultura comum do currículo obrigatório é mais um objeto de chegada, porque, diante a qualquer proposta, as probabilidades dos alunos procedentes de meios sociais diversos para aprender e obter êxito acadêmicos são diferentes. Daí que o currículo comum para todos não seja suficiente se não são consideradas as oportunidades desiguais frente a eles e as adaptações

metodológicas que deverão ser produzidas para favorecer a igualdade, sempre sob a prisma de que a escola, por si só, não pode superar as diferenças sociais(Sacristán, 2017, p. 62).

Em um estudo que fala da evolução dos programas da escola com o surgimento de novos conteúdos, mais amplos, para entender o mundo, sugere-se o desenvolvimento de novas metodologias e isso pede um currículo mais complexo, atendendo a uma maior globalidade do desenvolvimento humano, buscando valores, objetivos e habilidades, estratégias e ações para aprendizagem. Esse processo leva a transformações sucessíveis para evolução biológica e cultural.

O ser humano apresenta uma plasticidade cerebral que se amplia e varia de acordo com o período de formação, para o desenvolvimento da aprendizagem. É na escola que se efetiva a potencialidade humana e a possibilidade de desenvolvimento da personalidade, identidade e constituição do conhecimento.

2.2. A Base Nacional Curricular Comum

A Base Nacional Comum é um importante documento para a educação brasileira, pois serve como instrumento norteador no que deve ser desenvolvido na aprendizagem essencial para os alunos, orientando os profissionais da educação ao que deve ser diferenciado e referenciado na escola, da educação infantil ao ensino médio, definindo parâmetros tanto para escola pública, quanto para a privada.

Um dos seus objetivos é a equidade nos métodos educacionais para que todos tenham a mesma aprendizagem e habilidades ao término da educação básica, pois direciona o trabalho da sala de aula em todo país, para que as diferenças nas regiões sejam minimizadas e resulte na melhoria da qualidade do ensino nacional.

As instituições públicas estaduais e municipais devem elaborar um currículo com a colaboração de todos que fazem a educação, de modo específico, com os referenciais curriculares por região e local, de acordo com suas necessidades, sua cultura, história e as tradições locais.

Essa construção deve-se orientar pela base nacional, pois não pode ser modificada, apenas adaptada ou complementada. Portanto, as escolas devem construir um currículo que, além da aprendizagem, trabalhe aspectos importantes e essenciais para o aluno, com foco nas competências, habilidades, valores, conhecimentos e pensamento científico e crítico, para que

seja uma pessoa transformadora, buscando inovar, valorizando a diversidade, que o aluno reflita sobre a tecnologia e possa lidar com os obstáculos e que seu conhecimento, contribua com os avanços da sociedade.

A Base Nacional Comum orienta a formação dos educadores para que estes estejam sempre atualizando as práticas pedagógicas e, com isso, preparados para o trabalho com o aluno de forma integral, intervindo para além do seu desenvolvimento pedagógico, no desenvolvimento socioemocional.

Desta forma, para a formação e o desenvolvimento humano, o currículo recorre a diversas áreas de conhecimento, como psicologia, antropologia, neurociências e lingüística. Estas que são fundamentais para os desafios da escola e para trabalho a ser conduzido com seus educandos, para sua formação humana, para ampliar o campo de conhecimento e a experiência humana de seus educadores.

Implícito ao currículo, está o papel que exerce a escola no processo do desenvolvimento humano, pois além da cultura, busca os avanços tecnológicos e científicos para serem trabalhados, com a perspectiva de potencializar o conhecimento e formação humana. O currículo deve ser elaborado com o que é pertinente ao desenvolvimento humano, através de um trabalho sistematizado que tenha como objetivo a aquisição do conhecimento e o crescimento e evolução do ser humano.

CAPITULO 3 – GESTÃO DA ESCOLA

Analizando a escola como um espaço de função social, com a missão de transmitir e socializar a cultura, os saberes e capacitar o indivíduo para uma participação ativa, como cidadão dentro da sociedade, enquanto instituição de regulação moral e social, pressupõem noções fixas de identidade cultural e nacional.

Portanto, como educadores que agem como agentes na produção, circulação e uso de formas particulares de capital cultural e simbólica os professores ocupam um inevitável papel político (Smith, 1994). Desta forma, de acordo com a LDB, a escola tem como função social formar o cidadão, e desse modo, garantir as finalidades, registradas no artigo 22.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação tem a função de socializar o saber e transformar, ela é o principal meio, que interage tudo que envolve a sociedade.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 afirma, no seu Artigo 1º, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e, no § 2º “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Nesse sentido, a escola, visando a formação garante a aprendizagem de habilidades, do conhecimento cultural, da leitura do domínio de conteúdos e até tudo o que for necessário para sua integração ao mundo profissional. Execem e entendem direitos, deveres e valores para sua socialização, formando cidadãos com visão crítica e reflexiva do comportamento social e cultural do mundo.

A educação deve formar indivíduos que se adaptam à estrutura social vigente, instituindo os caminhos e normas que cada um deve seguir, tendo sempre como horizonte a instituição e manutenção da ordem social. A educação é um forte instrumento de coesão social e cabe ao estado ofertá-la e supervisioná-la (Durkheim, 2013).

O gestor escolar está sempre a frente da administração da escola, com as informações pertinentes ao bom andamento dos trabalhos dentro da escola, levando a participação de todos e avaliando a eficiência das ações. No seu dia a dia ele lida com situações adversas de sua equipe e do público da escola. Devido a essas situações surge o coaching educacional, que busca bons resultados, motivando e buscando harmonia entre a equipe. Os propósitos do

coaching são diversos: desenvolver habilidades de líder, gerente, facilitador do desenvolvimento profissional e pessoal, assessorar alcance de metas.

3.1 Gestão de Recursos Humanos nas escolas

As práticas de gestão de pessoas vivenciadas pelos profissionais no âmbito das instituições de ensino no Brasil, até pouco tempo, eram vistas apenas como burocracia documental. Ou seja, o departamento pessoal da organização era responsável por realizar os processos de solicitação da documentação para a admissão do colaborador, apresentação das atividades a serem realizadas, conduzir os processos em casos de afastamentos e licenças médicas, demissões e aposentadoria.

No entanto, a globalização emergiu a necessidade das organizações de ensino despertarem para a valorização do capital humano como recurso primordial para o sucesso e a garantia do cumprimento das metas estabelecidas.

A todo instante, as informações são modificadas e isso traz consigo a cobrança por uma formação constante dos profissionais para que estejam preparados para atender as necessidades do mercado atual. Assim, como menciona Chiavenato:

Sabe-se há muito tempo: o mundo está mudando com uma rapidez incrível. E com intensidade e volume gradativamente maiores. A mudança sempre existiu na história da humanidade, mas não com a rapidez, profundidade e impacto com que ocorre hoje. Vários fatores contribuem para isso: mudanças econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, legais, políticas, demográficas e ecológicas que atuam de maneira conjugada e sistêmica em um incrível campo dinâmico de forças que produz resultados inimagináveis, trazendo transformações, imprevisibilidade e incerteza para as organizações. O que acontece lá fora traz um forte impacto sobre o que ocorre dentro de cada organização. Torna-se indispensável visualizar o contexto externo para adequar o comportamento de cada organização e seu direcionamento para o futuro, já que ele vai ser completamente diferente do panorama atual (2014, p. 1).

No ambiente das instituições de ensino, os profissionais se deparam com uma demanda de alunos com grande quantidade de questionamentos e curiosidades, sendo constantemente provocada pela facilidade do acesso às informações através dos mecanismos proporcionados pela informatização.

Diante dos desafios apresentados por essa nova constante, onde o fluxo de informações está crescente, percebe-se que as instituições e os colaboradores não conseguem mais se manter em um formato pirâmide de chefia e subordinados, o novo formato é

composto por um único elo circular constituído por colaboradores com diversas habilidades, que por meio de objetivos em comum buscam atingir metas pré-estabelecidas, e assim se sentem valorizados por fazerem parte de um processo evolutivo da organização para qual trabalham.

Esse novo horizonte do despertar das instituições para essa questão da valorização do capital humano, é apontado por Chiavenato:

[...]As pessoas passam a significar o diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional: elas passam a ser a competência básica da organização, a sua principal vantagem competitiva em um mundo globalizado, instável, mutável e fortemente competitivo (2014, p. 5).

3.2 Professores: parceiros da gestão escolar

As organizações de sucesso refletem uma estruturação bem definida, quando os planos de ações são direcionados com cautela e elaborados com o envolvimento de toda a equipe, incluindo todos os níveis: desde o operacional até a alta gerência.

Para que a comunicação entre os funcionários flua de maneira harmoniosa, o processo de escolha de cada colaborador deve ser baseado em critérios que estejam alinhados com a cultura da empresa.

O modelo de gestão que gradualmente vem sendo inserido no mercado busca compreender e conhecer melhor os seus colaboradores de maneira mais mensurável. Aplica-se atualmente o processo de recrutamento que analisa cada perfil para que as características individuais sejam identificadas e comparados com as necessidades institucionais. Entre elas pode-se destacar: os talentos, as habilidades, os pontos fortes e fracos.

A dedicação da instituição em formar uma equipe de trabalho adequada vai muito além do que o um simples processo seletivo, onde verificam-se as competências adquiridas com as experiências de trabalhos anteriores. Passa-se a enxergar cada colaborador como parceiros, pois é através dos conhecimentos, habilidades ocultas e desenvolvidas e das características individuais que se agrega valores racionais para garantir que os objetivos sejam alcançados nos prazos estabelecidos da melhor forma possível, superando as expectativas desejadas e galgando um espaço mais amplificado no nicho mercadológico no qual está inserido.

Atualmente as pessoas passam uma parcela significativa do dia dedicadas ao trabalho que desenvolvem. O professor, especificamente, antes de cumprir sua jornada de trabalho

dentro da sala de aula, planeja com antecedência todo conteúdo que será transmitido, desenvolve um plano de aula baseado no conteúdo programático definido pelas diretrizes e matrizes curriculares. Paralelamente, trabalha também seu fator psíquico para manter uma postura de segurança, para que possa saber intervir com cuidado caso aconteça alguma adversidade no ambiente de trabalho.

Assim, a motivação tem como base a valorização do profissional enquanto ser humano, o seu potencial humano. Doar tempo e conhecimentos gera um gasto de energia significativa que, caso não seja incentivada e reconhecida, pode levar ao esgotamento físico e emocional, e que se continuado, em um elevado nível de estresse pode-se gerar patologias irreversíveis.

Chiavenato resume os pontos fundamentais de como ocorre esse processo de reconhecimento entre organização e colaboradores:

Como parceiros, as pessoas fazem investimentos na organização – como esforço, dedicação, responsabilidade, comprometimento, riscos, etc. – na expectativa de colher retornos desses investimentos – por meio de salários, incentivos financeiros, crescimento profissional, satisfação, carreira, etc. Todo investimento só se justifica quando traz um retorno razoável. Na medida em que o retorno é bom e sustentável, a tendência será manter ou aumentar o investimento. Daí, o caráter de reciprocidade na interação entre pessoas e organizações, e também de autonomia e ação – não mais de passividade, inércia e dependência. Pessoas como parceiros ativos, não como sujeitos passivos (2014, p. 10).

3.3 A aplicação da moderna gestão de pessoas

O engajamento e o trabalho com toda equipe é vivenciado nas organizações através da gestão participativa. Neste modelo, cada colaborador contribui ao expor suas ideias, o gestor atento acolhe as informações fornecidas, analisa detalhadamente cada participação e desenvolve as metas e objetivos almejados pela organização.

Ao mesmo tempo trabalha cada capital humano, individualmente, ora incentivando os pontos positivos de cada um, ora contribuindo para desenvolver os pontos fracos com cautela para que o capital humano se sinta motivado e valorizado.

De acordo com Chiavenato (2014), cada atividade foi anexada a um determinado processo para que os processos, para que a aplicação e condução dos processos internos fossem facilitados. O processo de agregar pessoas engloba recrutamentos, seleção e

integração. Os processos de modelagem do trabalho e a avaliação do desempenho passou a compor o processo de aplicar pessoas.

O processo de remuneração, benefícios e incentivos, passou a fazer parte do processo de recompensar pessoas. A etapa de treinamento, desenvolvimento, aprendizagem e gestão do conhecimento, simplificou-se para processo de desenvolver pessoas. O trabalho de higiene, segurança, qualidade de vida, relações com os empregados e sindicatos, tornou-se em processo de manter pessoas.

E por fim, o sistema de banco de dados e sistema de informações gerenciais passou a ser um processo de monitorar pessoas. Sendo o objetivo final atingir as metas desejadas, proporcionando qualidade de vida aos colaboradores e ao mesmo fortalecendo a estabilidade da organização no mercado.

Ainda nessa vertente, Chiavenato explica todo o envolvimento de cada fator:

Todos esses processos estão intimamente relacionados entre si, de tal maneira que se interpenetram e se influenciam reciprocamente. Cada processo tende a favorecer ou prejudicar os demais, quando bem ou mal utilizado. Um processo rudimentar de agregar pessoas pode exigir um intenso processo de desenvolver pessoas para compensar as suas falhas. Se o processo de recompensar pessoas é falho, ele pode exigir um intenso processo de manter pessoas. O equilíbrio na condução de todos esses processos é fundamental. Daí a necessidade de um *balanced scorecard* para integrar todos eles. Quando um processo é falho, ele compromete todos os demais. Além do mais, todos esses processos são desenhados de acordo com as exigências das influências ambientais externas e das influências organizacionais internas para obter a melhor compatibilização entre si. Ele deve funcionar como um sistema aberto e interativo (2014, p. 15).

Dito isto, reforçamos que de acordo com a LDB:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

Ainda, o capítulo 3 da Constituição Federal do Brasil afirma:

Capítulo III – Da educação, da Cultura e do Desporto Seção I Da educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios.

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade de ensino público em estabelecimento oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino, garantindo, nas formas da lei, plano de carreira para o ministério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todos (Brasil, 1988).

Entretanto, com as constantes mudanças de comportamento da sociedade a escola busca adequações pertinentes, para acompanhar as transformações atuais de uma sociedade contemporânea.

Há muitas mudanças e rápidas no campo social, econômica, político e que a educação tem que acompanhar, pois com o consumismo desenfreado os padrões de comportamentos buscam adequar-se ao que é determinado influenciando culturas de grupos, que na maioria das vezes resistem e a educação que o meio transformador da sociedade é quem recebe esse público tão diverso, que mais se integra as transformações, dentro de todas as classes sociais.

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adapta aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de aflição (Bauman, 2008, p. 71).

A escola, por estar inserida no meio social, sofre todas as transformações, não pode ficar de fora do contexto dessas mudanças, procurando adaptar seu currículo aos novos conceitos. O conhecimento precisa ser eficiente, hábil e sempre aprimorado, pois as novas tecnologias são rápidas nas informações. A escola que recebe sujeitos com uma pluralidade cultural e valores diversos é um espaço inclusivo dando oportunidade de aprendizagem a todos as classes sociais respeitando suas individualidades.

A educação apresenta-se em numa dupla encruzinhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações (Gadotti, 2000, p.06).

Para viver em uma sociedade multicultural e pluriétnicas há a necessidade de capacitar os professores e profissionais da escola para que estejam bem preparados para a diversidade do mundo da escola, pois não podem se perder na velocidade das informações que chegam

junto com os alunos. A necessidade de liderança, respeito e o domínio dos saberes faz parte da dinâmica do professor para que não só as mídias tenham a total atenção do aluno.

A escola é a ponte entre os conteúdos sistematizados e as experiências culturais dos alunos. Para que eles sintam-se acolhidos e inseridos é necessário a valorização do que é trazido pelo aluno. Educadores e todos que fazem parte da escola contemporânea precisam apropriar-se dos novos saberes.

A globalização tem afetado a estrutura da educação escolar e o desenvolvimento do trabalho docente. Não podemos mais pensar na escola desvinculada das relações e formas de viver que são estabelecidas no meio social.

A escola tem que levar em consideração os alunos e o perfil destes. Os alunos de hoje não são iguais aqueles para quem o sistema educacional foi criado. Estes aprendem e processam as informações de forma distinta da geração anterior. As tecnologias digitais trouxeram transformações nas formas de acesso, aquisição, processamento e armazenamento do conhecimento humano (Mattos, 2013).

Destaca-se a ética e pluralidade cultural, dentro dos temas transversais da LDB e o que determinam os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, que evidenciam os temas transversais, buscando acompanhar os novos ajustes e requisitos da educação escolar atual.

3.4 A escola e a Educação de Jovens e Adultos

Ao longo dos anos houve várias mudanças e avanços na educação de jovens e adultos, onde um dos focos é formar cidadãos mais capacitados para o mercado de trabalho em que esse jovem será inserido, buscando concluir o objetivo de uma melhor colocação no trabalho.

Muitos alunos chegam com uma vasta experiência de vida, conhecimentos culturais e sociais amadurecidos e o ambiente escolar é bastante propício para essa troca de conhecimento. Os alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI não conseguiram concluir os estudos no tempo regular e buscam, algum tempo depois, nos estudos, alcançar o crescimento profissional.

A LDB afirma, em seu artigo 37, que os sistemas de ensino darão oportunidades a jovens que não estudaram na idade regular, de frequentarem a sala de aula e estarem mais preparados para o mercado de trabalho.

3.5 A gestão da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Rede Municipal de Maceió.

A Área de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED é responsável pela promoção da política educacional de jovens, adultos e idosos no município de Maceió, a partir de uma perspectiva intersetorial que inclui os programas de alfabetização de orientação e qualificação profissional articulada à escolarização.

A Unidade Gerencial implementa e acompanha ações da EJAI nas unidades escolares e fomenta o aprimoramento desta política junto aos diversos órgãos e fóruns locais. O guia prático da Secretaria Municipal de Maceió assegura um processo educativo emancipatório e inclusivo que consiga atender às expectativas educacionais de jovens, adultos e idosos nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Maceió, bem como em espaços alternativos.

O trabalho e as ações estão voltadas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Maceió, contemplando os Programas Federais com este mesmo propósito. As principais são as seguintes:

1. Implementação da proposta curricular da EJAI nas escolas da rede municipal;
2. Implantação de processos educativos que permitam a valorização, o reconhecimento e a validação dos saberes dos sujeitos da EJAI;
3. Elaboração e implantação de documentos orientadores para a organização da prática docente dos professores da EJAI;
4. Mobilização, por meio de ações permanentes, e implantação de turmas da EJAI e dos Programas de Alfabetização e orientação profissional articuladas à escolarização; • Participação na elaboração/concepção da formação permanente de gestores(as), professores(as), educadores(as), alfabetizadores(as) e coordenadores(as) da EJAI;
5. Implantação da sistemática de avaliação formativo-emancipatória nas escolas municipais de EJAI;

6. Fortalecimento e acompanhamento das atividades dos Programas de Alfabetização e Qualificação profissional organizados a partir da articulação com a escolarização dos sujeitos da EJA;
7. Acompanhamento pedagógico das escolas da rede municipal que ofertam a EJA;
8. Fomento e acompanhamento dos processos de normatização da EJA no sistema municipal de ensino;
9. Estímulo à discussão para o aprimoramento da EJA no município, a partir de uma perspectiva intersetorial;
10. Produção de insumos e acompanhamento da implementação da Sistemática de Avaliação da EJA da Rede Municipal;
11. Estímulo às práticas docentes que permitam aos alunos da Educação de EJA o acesso aos bens artísticos e culturais negados às classes populares;
12. Incentivo às parcerias entre a EJA-SEMED/Maceió e empresas privadas ou públicas que ofertam cursos técnicos para qualificação profissional dos estudantes desta modalidade;
13. Estímulo à produção artística, cultural e científica resultante dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos, docentes e alunos da EJA da rede pública municipal de Maceió, em espaços de eventos de socialização desses conhecimentos.

Dito isto, lançamos o questionamento: qual a base legal que assegura e incentiva a promoção das ações conduzidas pela Área de Educação de Jovens, Adultos e Idosos? De acordo com as legislações brasileiras, pontuamos:

- Constituição Federal de 1988, Artigo 208, inciso I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- Lei 9394/96 (LDB), Artigo 37 – Assegura EJA como a modalidade de ensino que será destinada àqueles que não tiveram acesso à educação escolar ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos 01/00;
- Resolução 18/02, CEE – regulamenta a Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas;
- Resolução 03/16 – COMED/Maceió - dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA, a ser ofertada pelas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Maceió/AL.

Além do guia prático, a Secretaria elaborou e disponibilizou um caderno de orientações, onde participaram equipes gestoras dos departamentos, coordenadores, gestores de escola, professores, especialistas e estudantes do EJA e equipe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), com o objetivo de construir um currículo com ações reflexivas voltadas para a situação da realidade das comunidades que vivem em torno da escola que frequentam.

O professor do EJA tem o papel de passar os conhecimentos sistematizados ao aluno que já chega à escola com conhecimentos e experiências vividas, que devem ser respeitadas, pois em muitas situações as trocas de saberes em sala de aula, onde o professor deverá perceber a necessidade do aluno e caminhar para enriquecer seus conhecimentos.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 13.005/2014, dispõe sobre o ensino de jovens e adultos e possui metas e estratégias com validade até 2024 com as metas estabelecidas. Aqui, apresentamos a meta 10 e subsequentes:

META 10 – Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamentais e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias

10.1) manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes

públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio (Brasil, 2014).

3.6 Educação Básica e o Sistema Educacional de Ensino

É fato que a educação é algo presente e necessário na vida das pessoas, visto que é através dela que ampliamos nossa visão crítica e consciente dos nossos direitos e deveres e como nos comportamos socialmente.

O sistema educacional no Brasil é dividido e organizado em etapas,.Além da educação básica há outras modalidades, como aeducação de jovens e adultos(abrange o ensino fundamental e médio), a educação profissional ou técnica,educação especial e a educação a distância(EAD).

A educação básica é um direito de todos, garantido na Constituição Federal de 1988, corresponde aos primeiros anos da educação escolar, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e médio e deve ter uma base nacional comum, respeitando as regionalidades e diversidades, de modo a cumprir sua função social.

Além da Constituição Federal há outras regularizações da educação, como o Plano Nacional de Educação e suas metas e estratégias, que auxiliam estados e municípios no direcionamento, elaboração e adequação de seus planos para atingirem suas metas, conforme veremos no item a seguir.

3.6.1 Metas e estratégias do Plano Nacional de Ensino.

As metas e estratégias do Plano Nacional de Ensino tem por finalidade orientar todo o processo educacional a ser seguido por Estados e Municípios.

A meta 2 dispõe da universalização do ensino pelo período de nove anos, com o objetivo da conclusão na idade adequada, de catorze anos, durante a vigência do PNE, com estratégias de orientações sobre os direitos de aprendizagem, norteados pela Base Nacional Comum e seus objetivos, estabelecendo condições favoráveis, em parceria com órgãos de assistência social, saúde e proteção da infância a juventude, para trazer e manter as crianças na escola e em parceria com as comunidades, quilombolas, indígenas do campo e da educação especial, fazer um trabalho paralelo com a escola, organizando um calendário pedagógico flexível com a realidade e identidade cultural.

As escolas tornam-se polos de difusão quando promovem essa relação com as instituições e movimento culturais, onde os alunos terão acesso a atividades culturais contínuas, participar as famílias em um trabalho junto à escola para um acompanhamento mais pontual com os filhos, além do incentivo às matrículas junto às comunidades, alternativas a filhos de profissionais itinerantes, atividades extracurriculares, incentivando os estudantes a participarem em concursos nacionais e o estímulo a habilidades esportivas.

3.6.2 Ação SEMED

A meta 3 propõe universalizar o ensino para os alunos de quinze a dezessete anos, com o objetivo de ampliar o alcance a essa população, usando estratégias por meio de um currículo diversificado, com práticas interdisciplinares, processos culturais e desportivos amplos, com acesso a materiais diversos, equipamentos e espaços de estudos, acompanhamento individual para alunos com dificuldade, para que acompanhem corretamente o ciclo.

As estratégias são a renovação do ensino médio, incentivando as práticas interdisciplinares, por meio de um currículo escolar diversificado com conteúdos articulados, garantia de equipamentos de laboratório, material didático específico à formação continuada dos professores, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem, garantindo a formação básica do ensino médio, pactuar nacionalmente a implantação dos direitos de aprendizagem, configurado na Base Nacional Comum Curricular.

Garantir o processo de bens culturais e a ampliação de praticas desportiva. Ampliar ações para a correção de fluxo, por meio de acompanhamento individualizado, com aulas de reforço para o aluno com rendimento defasado, para que voltem a acompanhar o ciclo correto. Fundamentar o conteúdo curricular, tendo como referência o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, articulado com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, utilizando como avaliação, para medir o conhecimento adquirido na escola e tenha acesso ao ensino superior.

Para isso, se faz necessário, ações de correção de fluxo do ensino fundamental, com práticas de reforço, estudos de recuperação, para que o aluno seja conduzido a uma progressão parcial, compatível com sua idade. Através dos números estatísticos das avaliações nacionais, utilizá-los como referência para a avaliação e políticas públicas voltadas para a educação básica e também como referência curricular, para que tenham acesso ao ensino superior.

Promover o crescimento das matrículas gratuitas do ensino médio, integrado à educação profissional para populações específicas, estruturando o acompanhamento do acesso e frequência dos jovens na escola, que são beneficiados por programas de transferência de renda, monitorando sua integração com o coletivo e se há preconceito e discriminação social, com apoio de outros órgãos, como saúde, assistência social, voltados à proteção do adolescente e juventude.

Promover programas de educação e cultura para aqueles jovens fora da escola, com deficit no fluxo, tanto urbana como do campo. Distribuir as escolas de ensino médio de qualidade nos turnos diurnos e noturnos, de uma forma que atenda as necessidades dos alunos, estimulando-os em cursos tecnológicos e científicos, que atenda também aos que são filhos de profissionais de atividade itinerantes. Combater a exclusão e evasão com políticas de combate a discriminação.

Na meta 4, prioriza-se a educação especializada ao atendimento da população de quatro a dezessete anos com transtornos do desenvolvimento e também altas habilidades, que tenham um atendimento especializado na rede regular de ensino, garantindo a inclusão com salas multifuncionais e serviços especializados.

Em suas estratégias, propõe contabilizar as matrículas dos estudantes de educação regular da rede pública para o atendimento especializado sem prejuízo às matrículas

efetivas, conforme o atual censo, da educação oferecida nas instituições sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

Universalizar esse atendimento de acordo com a demanda de crianças de 0 a 3 anos de idade de acordo com as diretrizes e bases educacionais, promovendo formações aos professores para que estejam aptos ao atendimento em salas estruturadas nas escolas urbanas, de campo, quilombolas e indígenas. Bem como ter a garantia do atendimento especializado nas escolas ou em locais conveniados aos alunos com deficiência, conforme a necessidade identificada, matriculados na rede pública.

Ainda, fomentar a criação de centros multidisciplinares de apoio, integrados por profissionais da área de saúde, para apoiar os professores de educação básica com alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades. Adequar a estrutura física dos prédios, promovendo e garantindo acessibilidade, através, também de transporte acessível e material específico, para as etapas de ensino. Para surdo e deficientes auditivos, garantir a educação bilíngue, como primeira língua, Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa como segunda, adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos em salas bilíngues em escolas inclusivas, que devem garantir a oferta pedagógica, vedando a exclusão.

Monitorar o acesso à escola do aluno com deficiência, transtorno e altas habilidades, beneficiários de programas de transferência de renda, garantindo condições adequadas para o avanço educacional em parceria com as famílias e órgãos públicos. Estimular pesquisas para ampliar metodologias, novos materiais didáticos e equipamentos tecnológicos, para promoção da aprendizagem e acessibilidade aos estudantes, desenvolver pesquisas para promover políticas públicas que atendam as especificidades dos estudantes. Promover parceria intersetorial entre órgãos e políticas públicas, junto as famílias, com o objetivo da continuidade do atendimento escolar as pessoas com deficiência com idade superior ao longo da vida.

Garantir a oferta de professores e profissionais especializados, para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais e superdotação, definir indicadores de qualidade e avaliação, para o funcionamento das instituições públicas e privadas, que atendem a alunos com deficiência. Promover através do Ministério da Educação, junto a órgãos de pesquisa informações sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades de 0 a 17 anos.

E, por fim, incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e pós-graduação dos profissionais de educação, teorias de aprendizagem relacionadas ao atendimento de alunos com deficiência, promover parcerias com instituições comunitárias e filantrópicas, para ampliar o atendimento escolar integral às pessoas com deficiência e a parceria com as instituições, para ofertar formação continuada e produção de material didático e serviços de acessibilidade e favorecer a participação das famílias na construção do sistema de educação inclusiva

Na meta 5, tem como objetivo alfabetizar as crianças, até no máximo o 3º ano do ensino fundamental, para isso, as estratégias estruturam os processos pedagógicos de alfabetização, articulados com as estratégias da pré-escola, qualificando e valorizando os professores, para garantia de uma aprendizagem plena, instituindo avaliações nacionais periódicas, aplicadas anualmente e também avaliações próprias, para que até o final do terceiro ano os alunos estejam alfabetizados.

Selecionar tecnologias educacionais, ampliando métodos, que favoreçam a alfabetização e melhore o fluxo escolar, sua aprendizagem e efetividade, desenvolver materiais didáticos para o trabalho com alunos do campo, indígenas, quilombolas e alunos de pais itinerantes, considerando a língua materna e a sua cultura, estimular a formação de professores com novas tecnologias e práticas inovadoras para alfabetização, alfabetizar as pessoas com deficiência, observando suas limitações e a alfabetização bilíngue de surdos.

Na meta 6, oferece a educação em tempo integral para no mínimo 50% das escolas públicas, atendendo a 25% dos alunos, e assim, fomentar educação pública integral, com atividades pedagógicas multidisciplinar, culturais e esportivas, com o tempo igual ou superior a 7 horas, com a jornada do professor em uma só escola em prédios adequados para esse atendimento, principalmente voltado a crianças em situação de vulnerabilidade, mantendo programas de ampliação das escolas públicas em tempo integral com estrutura poliesportiva, espaço culturais, biblioteca, laboratório de informática, refeitório, banheiros, auditórios, assim como formação de recursos humanos, assim como articular escola com espaços esportivos e culturais, biblioteca, museus, cinemas e planetários.

Estimular a ampliação da jornada escolar na rede pública de educação básica, por entidades privadas com vínculo sindical, articulada com a rede pública de ensino. Orientar a ampliação da jornada escolar na rede pública de ensino, ofertando o tempo integral às escolas do campo, comunidade indígenas e quilombolas, garantindo a educação para pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades, com atendimento educacional

especializado em espaços multifuncionais e adotar medidas de expansão da permanência dos alunos na escola com aulas regulares e atividades recreativas, esportivas e culturais.

Na meta 7 pretende-se fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Suas estratégias estabelecem diretrizes para educação e base nacional comum com direito de aprendizagem do ensino fundamental e médio, respeitando a diversidade regional e assegura que no quinto ano da vigência do PNE, 70% dos alunos tenham alcançado níveis de acordo com os objetivos de aprendizagem desejável e que no último ano, esse nível alcance 80% de aprendizagem.

Constituir, junto à União, um conjunto de indicadores de avaliação com base no perfil dos alunos nas condições físicas das escolas, nos recursos pedagógicos, na gestão e toda sua especificidade, haver autoavaliação da educação básica por instrumentos que fortaleçam a elaboração do planejamento e a formação continuada dos profissionais, potenciando a gestão democrática.

Executar planos de ação, cumprir metas de qualidade e estratégias técnicas e financeiras, visando a qualidade da gestão educacional, a formação de professores e profissionais da escola e sua estrutura física e a ampliação de recursos pedagógicos. Associar a assistência técnica financeira a metas intermediárias a redes com IDEB abaixo da média, aprimorar instrumentos de avaliação, englobando o ensino de ciências aos exames dos anos finais do fundamental e do ENEM, assegurar sua universalização, bem como apoiar o uso dos resultados para as práticas pedagógicas, desenvolver indicadores da qualidade da educação especial, assim como a bilíngue para surdos.

Garantir a equidade da aprendizagem com políticas nos sistemas de ensino que busquem atingir metas que diminuam a diferença nas médias dos Estados e Município., Divulgar bienalmente os resultados dos indicadores nacionais de avaliação, assegurando o contexto desses resultados a indicadores sociais e socioeconômicos dos alunos e a transparência e o acesso público às informações do sistema avaliativo e, por fim, melhorar o resultado nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA de acordo com as projeções apresentadas em tabela:

Tabela 1 -Média dos resultados do PISA

PISA	015	018	021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	38	55	73

Fonte 1:

Para isso, as estratégias ainda propõem incentivar técnicas educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, inovadoras para a melhora do fluxo escolar com uma diversidade de métodos pedagógicos e o acompanhamento dos resultados onde foram aplicados.

Garantir transporte gratuito para os estudante do campo mediante padronização dos veículos, de acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo de deslocamento de acordo com cada situação. Buscar alternativas de atendimento escolar a população do campo e práticas nacionais e internacionais, ampliar o acesso a rede de computadores nas escolas de rede publica, promovendo o uso da tecnologia da informação e comunicação. Apoiar a gestão mediante os recursos financeiros e a participação da comunidade na ampliação dos recursos, visando a transparência da gestão democrática.

Aumentar o atendimento a alunos com programas suplementares, com material didático, transporte, alimentação e assistência a saúde na educação básica, assegurando as escolas energia elétrica, água tratada, esgoto e manejo dos resíduos sólidos, acesso dos alunos ao esporte, cultura e arte, equipamentos, e laboratório de ciências e acessibilidade aos alunos deficientes, institucionalizar a aquisição de equipamentos para escola visando as oportunidades educacionais.

Disponibilizar equipamentos tecnológicos para todas as escolas públicas de educação básica, universalizando as bibliotecas com acesso a rede digitais de computadores e a internet.

União estabelece parâmetros mínimos de qualidade de serviço, como referência para estrutura das escolas, recursos pedagógicos e instrumentos de medida para melhoria do ensino. Informatizar as escolas e secretarias de educação, mantendo um programa de formação para os técnicos que atuam nas secretarias.

Estabelecer políticas de combate a violência, favorecendo providências adequadas para construção da paz e um ambiente escolar com segurança para comunidade. Implementando políticas de inclusão a jovens em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Garantir no currículo conteúdos afro-brasileiro e indígenas, assegurando a implementação das diretrizes curriculares nacionais, por meio da ações e fóruns para a diversidade étnico-racial. Consolidar a educação escolar do campo, itinerante, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo o desenvolvimento sustentável, preservação cultural e participação da comunidade na organização pedagógica e de gestão. Importa considerando as particularidades do tempo, oferta e prática bilíngue na educação infantil e ensino fundamental em língua materna das comunidades e língua portuguesa, aquisição de equipamentos, programas de formação para profissionais da educação e o atendimento a educação especial.

Tudo desenvolvido junto ao currículo e às propostas pedagógicas, fortalecendo suas práticas socioculturais e da língua materna, com materiais específicos para alunos com deficiências. Mobilizar famílias e sociedade, para que educação seja vista como responsabilidade de todos e ampliar políticas públicas de educação.

Articular programas, junto à educação, com as áreas de saúde, trabalho, emprego, assistência social, esporte e cultura com o objetivo de melhorar a qualidade educacional junto às famílias. Articular entre educação e saúde o atendimento a estudantes da rede pública, com ações de prevenção e atenção à saúde.

E também ações voltadas à promoção e integridade à saúde física e mental dos profissionais da educação, para uma melhor qualidade da educação. Fortalecer junto com a União, sistema de avaliação nacional, articulado também com estados e municípios, que orienta políticas públicas e práticas pedagógicas, junto às escolas e à sociedade.

Promover, conforme as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura, capacitação de leitores, professores, bibliotecários, para mediar leitura, ajudando na aprendizagem. Articular junto a estados e municípios, formações de professores e alunos, para preservação da memória nacional. Regular a oferta da educação básica, garantindo a qualidade e cumprindo com a função social. Estimular as escolas, ações que melhorem o desempenho em avaliações internas e externas, valorizando o trabalho de toda a escola.

O Plano Nacional de Educação organiza e direciona a estrutura dos sistemas de ensino do Brasil, para que seus programas sejam mantidos e executados.

3.6.3 O Plano Municipal de Educação de Maceió.

O Plano Municipal de Educação de Maceió tem como foco a educação para sociedade, com um planejamento educacional com planos de ação voltados ao bem comum. De forma a ajustar o Plano Municipal de Maceió 2015-2025 ao Plano Nacional de Educação 2014-2024, foram realizados debates nas escolas, junto às respectivas comunidades, sociedade civil e outros elementos das políticas públicas.

Portanto, o plano dispõe-se a assegurar o direito à educação para todos e todas, indiscriminadamente, interfere neste ciclo vicioso que se reproduz de forma mais acentuada pelo fenômeno do êxodo rural que traz migrantes desterrados, despossuídos e desterritorializados para um novo espaço, onde a desigualdade se repete.

A educação produz inclusão social de diversas formas. Alterar os mapas das desigualdades e redensiná-los deve ser o horizonte de uma nova década em que este plano deve interferir para promover direitos e desenvolver a população em todos os seus aspectos: intelectual, social, cultural, físico e ambiental, para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

De modo a condizer com o Plano Nacional, o Plano Estadual de Educação, com durabilidade de dez anos, articula o desenvolvimento de ensino à integração dos poderes públicos. Suas diretrizes gerais são:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade de educação;
- V – formação para o trabalho e cidadania, com ênfase nos valores éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanista, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais de educação.
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental (Alagoas, 2015).

Considerando como diretrizes as referências mais amplas tanto para o PME, quanto para os sistemas municipais de ensino no que diz respeito a educação escolar a partir das diretrizes nacionais, que serviram para estabelecer suas próprias metas e ações para o PME de Maceió.

3.7 Projeto Político Pedagógico da SEMED

A proposta da SEMED sobre o Projeto Político Pedagógico – (PPP) é o documento fundamental que guia o planejamento escolar. Contém os dados da comunidade escolar, contempla os objetivos e as metas debatidas e orienta os caminhos para alcançá-los. É um guia que indica a direção a seguir para todos os segmentos da comunidade escolar.

É um projeto que reúne uma proposta de ação concreta, a ser executada num determinado período de tempo. É político porque considera a escola como um espaço de formação e de expressão de cidadania. É pedagógico porque define as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Com o PPP a escola tem um instrumento próprio, autêntico, fruto da participação de todos os segmentos da comunidade escolar, que dialoga com as demandas da população e com os preceitos e as metas do governo.

O PPP é, portanto, como uma pequena Constituição da escola: reúne os princípios, valores, planos de trabalho e proposta pedagógica que gestores, professores, funcionários, pais e alunos desejam para aquela unidade escolar e comunidade (Alvarez, 2004). Constitui-se em uma importante ferramenta para acompanhar o dia a dia da escola, orientando os trabalhos técnicos e as práticas pedagógicas da escola, sempre atualizando-se de acordo com as mudanças da sociedade que influenciam diretamente na escola.

Este documento deve ser orientador nas ações, planejamento e avaliações ao longo do ano, visto que apresenta o perfil das famílias, a estrutura social, econômica e cultural e como essas famílias podem e participam das decisões da escola. A estrutura física da escola, quais recursos ela recebe, qual o número funcionários, como está a matrícula, o fluxo pedagógico, e como a equipe pedagógica executa as ações para alcançar os números satisfatórios de aprendizagem.

O PPP é um documento democrático pois envolve a participação de todos os segmentos da escola. Pode ser elaborado no momento do Conselho Escolar ou nos encontros

pedagógicos, sendo finalizado com um parecer de um especialista pedagógico. Tem a duração de dois a cinco anos. Porém deve estar sempre se atualizando de acordo com a necessidade da escola. Esse documento deve ficar sempre disponível a toda comunidade escolar.

3.8. Mudanças no cenário e impacto no comportamento humano nas organizações

Ao analisar as características mais detalhadas sobre o que é uma organização e espaço de educação, percebe-se que sua estrutura é composta por pessoas que se dedicam a atingir objetivos diversos, de acordo com suas habilidades técnicas e conhecimento, em prol de uma meta em comum, desenvolvendo as atividades baseando-se nas regras pré-estabelecidas por um sistema coletivo.

As condições sócias, éticas, legais, econômicas, políticas e diferenças individuais das pessoas refletem, diretamente, no ambiente interno, sendo resultado da influência que o contexto do ambiente externo proporciona à organização, conforme as mudanças existentes no nicho de mercado no qual está inserida.

Entender o comportamento humano nas organizações e nas escolas é considerada como ferramenta estratégica nas melhorias contínuas dos processos de trabalho. Por este motivo, as necessidades de estudos constantes em torno do assunto, para que assim as técnicas mais adequadas sejam devidamente aplicadas. Desta forma, definida como:

uma disciplina científica cuja a base do conhecimento e um grande número de estudo de pesquisa e de desenvolvimentos conceituais está constantemente adicionando novos elementos. Ele também pode ser descrito como uma ciência aplicada, já que a informação de práticas efetivas executadas por uma educação é disseminada para muitas outras (Newstrom, 2011, p. 3).

No desenvolvimento das atividades, as pessoas, que são o fator humano da instituição, agem de acordo com suas emoções ao executar os processos de trabalho. Por se tratar do comportamento humano, em alguns momentos podem surgir as instabilidades emocionais, as quais acabam refletindo na assiduidade, concentração, comprometimento, motivação, desmotivação, entre outros.

O autor Newstrom menciona pontos importantes na relação do ser humano e a organização:

Os conceitos fundamentais do comportamento organizacional relacionam-se com a natureza das pessoas (as diferenças individuais, a percepção, a pessoa

como um todo, o comportamento motivado, o desejo de envolvimento e o valor da pessoa) e com a natureza das organizações (sistemas sociais, interesse mútuo e ética). (2011, p. 19).

A construção do conhecimento na escola, organizado, incorpora-se no contexto sociocultural, uma vez que ela não é instituição independente, pois a escola tem uma dimensão política, refletida na dinâmica da sala de aula e na formação humana, o trabalho com valores culturais e éticos resulta em mudanças de comportamento, visão de mundo e percepção de si.

CAPITULO 4 - METODOLOGIA

Neste capítulo, serão pormenorizadas as etapas de elaboração metodológica desta pesquisa, de modo a descrever o percurso, técnicas e instrumentos utilizados.

4.1. Problema de pesquisa e objetivos

De modo a elaborar uma construção teórica e identificar de que forma se dá a percepção do profissional da educação sobre a escola como um espaço de função social que possibilita o crescimento crítico e o desenvolvimento humano enquanto ambiente sociocultural, foi elaborado um guião de pesquisa que permitisse e colaborasse na construção dessa investigação.

De início, resolvemos partir da seguinte questão: “Como os docentes da rede pública municipal de Maceió que atuam como professores de Jovens, Adultos e Idosos, se apropriam de saberes que valorizam a pluralidade cultural para lidar com estes alunos?”. A referida questão, conforme sabemos, de larga abrangência, nos exigiu o estabelecimento de alguns objetivos que ajudassem na sintetização do estudo.

Portanto, a questão inicial desdobrou-se em diferentes questionamentos:

- De que maneira o docente lida com as questões sócio-culturais do ambiente circundante à escola e de onde provém os alunos?
- Como incluir temas que sejam atrativos ao aluno, valorizando a experiência que os mesmos trazem do seu ambiente natural?
- Qual a percepção do profissional da educação sobre o papel da escola e do conteúdo escolar desenvolvido?
- Como contribuir para o desenvolvimento do potencial humano do seu aluno possibilitando um pensamento crítico e reflexivo?

Assim, para atender a estes questionamentos, ficou determinado o objetivo geral de *Analisar os componentes curriculares à luz da multiculturalidade e os desafios e obstáculos encontrados pelos docentes junto aos seus alunos, socializando a diversidade cultural do aluno.*

Já os objetivos específicos são divididos em quatro, os quais: estudar as concepções de currículo e o multiculturalismo na gestão do conhecimento escolar; analisar a gestão do currículo escolar de acordo com a Base Nacional Curricular e o Plano Nacional de Educação;

avaliar a gestão da escola e a prática pedagógica relacionada à Educação de jovens, adultos e idosos – EJAI numa escola pública municipal e; refletir sobre a ação docente e a gestão do conhecimento escolar nesta relação pós Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e Base Nacional Comum Curricular.

4.2. Tipo de pesquisa

Para dar resposta à nossa questão e alcançar os objetivos propostos a esta investigação, utilizamos da pesquisa mista, mesclando aspectos qualitativos e quantitativos.

Com a pesquisa qualitativa, bastante utilizada nas investigação no âmbito das ciências sociais, foi possível obter informações através de referências e documentos que culminam na reflexão teórica do tema abordado.

Através da pesquisa quantitativa, foi realizada a coleta de dados e um questionário/entrevista com perguntas objetivas, com o objetivo de adquirir dados estatísticos para complementar a teoria.

Estas duas formas de pesquisa foram utilizadas devido identificarmos que era a melhor forma de coletar os dados relativos para a investigação, fazendo uma articulação entre a fundamentação teórica própria da investigação nas ciências humanas e utilizar instrumentos quantitativos que permitem coletar e analisar dados para contribuir na análise.

4.3. Caracterização

4.3.1. Amostra

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública do município de Maceió, com:

- 12 profissionais do primeiro ao quinto ano;
- 4 profissionais da modalidade jovens e adultos;
- 2 coordenadores.

No primeiro momento houve uma esplanção do assunto com os professores, em uma reunião com todos, explicando sobre o tema, para ficar mais claro. Após 2 dias foi aplicado o questionário individualmente. Em uma semana houve a devolutiva com as respostas.

4.3.2. Instrumentos de coleta de dados

Através de uma pesquisa bibliográfica com texto de autores que trabalham o multiculturalismo e mundo globalizado, composto por diversos grupos sociais e que tudo isso influencia na construção do currículo, que deve ser diverso e está sempre se atualizando de acordo com as rápidas mudanças ocorridas na sociedade. Voltado ao trabalho e à aprendizagem, ampliando o crescimento do sujeito e potencial humano. A coleta de dados foi feita através de um questionário com perguntas objetivas.

No questionário/entrevista foram apresentadas as seguintes questões:

- Qual a idade?
- Qual o tempo de trabalho na educação?
- Qual o grau de escolaridade?
- Que segmento leciona?
- Em sua opinião as mudanças sociais, econômicas e culturais influenciam significativamente no dia a dia da escolas?
- A escola cria conexão com a cultura em que o discente está inserido?
- A escola quanto função social, capacita o aluno para participação ativa na sociedade?
- Os professores entendem a educação como responsabilidade social?
- Os conteúdos curriculares estabelecem relação entre a teoria e as práticas multiculturais na escola?
- As formações atualizam os professores para as rápidas mudanças multiculturais, que influenciam na educação?
- Você concorda que a escola é um espaço de trocas culturais e a educação é transmissora da cultura?
- Na sua opinião, a escola valoriza o multiculturalismo nas suas práticas pedagógicas ?
- Você considera que as classes que as classes sociais que não são modelos idealizados pela sociedade tradicional são excluídas no cotidiano escolar?

- Existe a formação de um currículo escolar que aborde questões relacionadas ao multiculturalismo, ensinando os alunos a não terem preconceitos e discriminações com as diversas classes sociais?

- O professor está preparado para entender o multiculturalismo e passar para os seus alunos como interagir e respeitar os diferentes grupos sociais de forma harmoniosa, minimizando os preconceitos e conflitos no ambiente escolar?

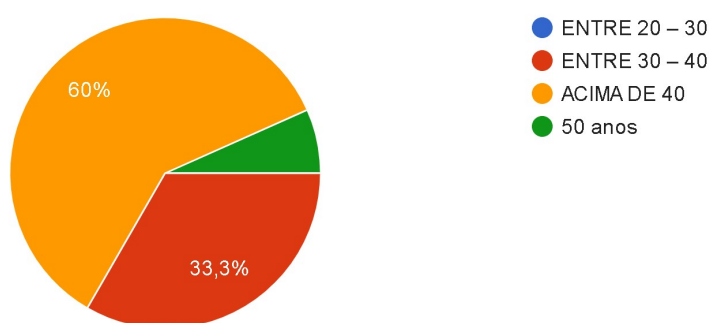
Como se trabalha essa diversidade o que as mudanças trazem para o espaço escolar? Como o currículo, que é norteador da base educacional contribui com esse trabalho, com sua prática nos projetos pedagógicos e nas propostas educacionais, para a apropriação dos saberes transformadores que valorizam a pluralidade cultural, pois a construção do conhecimento deve estar presente em sua totalidade na aprendizagem do sujeito, não ser restrito apenas a transmissão de conhecimento, mas a apropriação de conteúdos, para que desenvolva autonomia e utilize as fontes de conhecimento, para seu crescimento no potencial humano.

4.4. Resultados

Abaixo, apresentamos os resultados do questionário/entrevista e a análise de cada questão.

Gráfico 1 - QUAL A SUA IDADE?

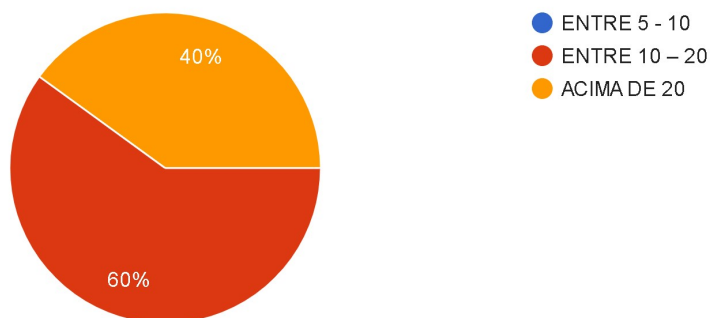
15 respostas



Dos 18 profissionais, identificou-se que a maioria encontra-se na faixa etária entre 40 e 50 anos, representando profissionais maduros e com considerável experiência profissional para acompanhar o desenvolvimento e adaptabilidade social, histórica e cultural que retratamos no decorrer desta investigação. Em seguida, temos os profissionais entre 30 e 40 anos e o terceiro maior grupo, acima de 50 anos.

Gráfico 2 - QUAL O TEMPO DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO?

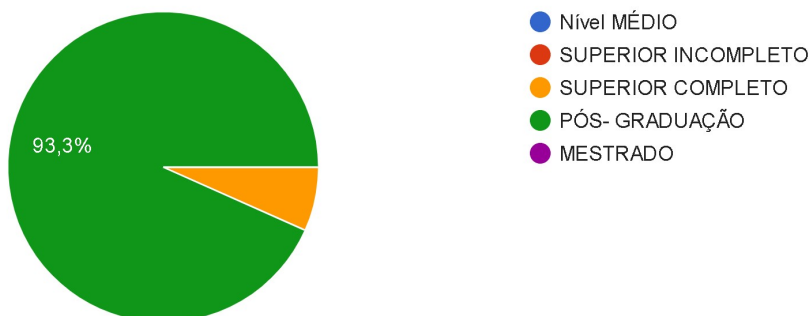
15 respostas



Em conformidade com os resultados apresentados na questão anterior, a experiência profissional dos participantes, em sua maioria, é entre 10 e 20 anos e uma considerável porcentagem, acima de 20 anos.

Gráfico 3 - QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

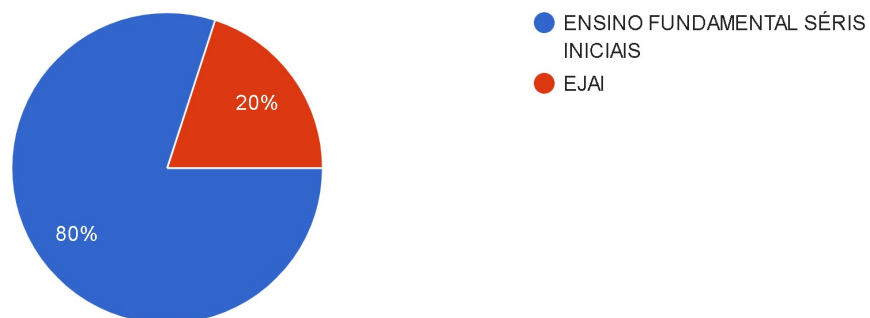
15 respostas



Dos participantes, todos possuem nível superior completo e quase a totalidade possui um curso de pós-graduação, denominado especialização, demonstrando o interesse destes profissionais, mesmo com muitos anos de experiência e atividade profissional, em atualizar-se e continuarem o processo de formação.

Gráfico 4 - QUAL O SEGMENTO QUE VOCÊ LECIONA?

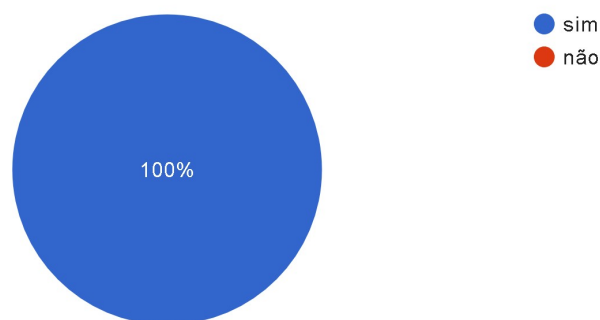
15 respostas



A maior parte dos participantes são profissionais do Ensino Fundamental e a minoria, da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, mesmo assim, há uma boa representatividade de ambos os profissionais.

Gráfico 5 - EM SUA OPINIÃO, AS MUDANÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS INFLUENCIAM SIGNIFICATIVAMENTE NO DIA A DIA DA ESCOLA?

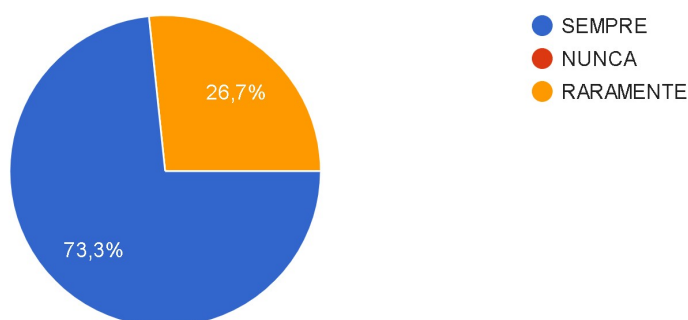
15 respostas



A escola vem em busca de atender as rápidas transformações que passa o mundo, pois há muito dinamismo e diversidade nas mudanças, sociais e culturais, havendo a necessidade da constante participação dos docentes, que devem estar sempre se atualizando para um trabalho de excelência, isto é demonstrado na totalidade de afirmações dos profissionais.

Gráfico 6 - A ESCOLA CRIA CONEXÃO COM A CULTURA EM QUE O DISCENTE ESTÁ INSERIDO?

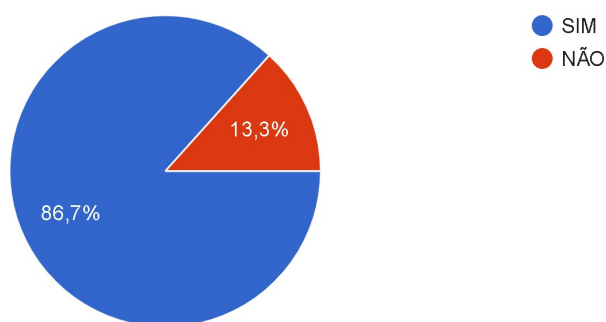
15 respostas



A escola que recebe sujeitos, vindo de diversas formações sociais e culturais, necessita de uma conexão mais ampla com sua clientela, mediando as diferenças, para um ambiente mais harmonioso e de respeito com o próximo e os participantes revelaram, em sua maioria, que sempre há essa preocupação de conexão com a cultura, enquanto uma parcela significativa afirma que raramente há.

Gráfico 7 - A ESCOLA, QUANTO À FUNÇÃO SOCIAL, CAPACITA O ALUNO PARA PARTICIPAÇÃO ATIVA NA SOCIEDADE?

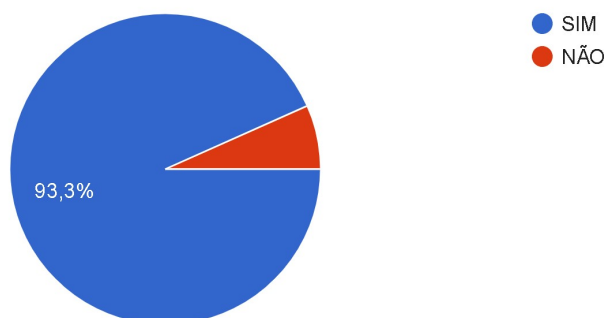
15 respostas



Uma escola com educação de qualidade, será transformadora para o aluno, ampliando sua visão crítica, construtiva na vida social, política e cultural, preparando o sujeito para o mercado de trabalho. Mesmo com a importância desse aspecto, alguns profissionais afirmaram que a escola não atende a essa função social.

Gráfico 8 - OS PROFESSORES ENTENDEM A EDUCAÇÃO COMO UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL?

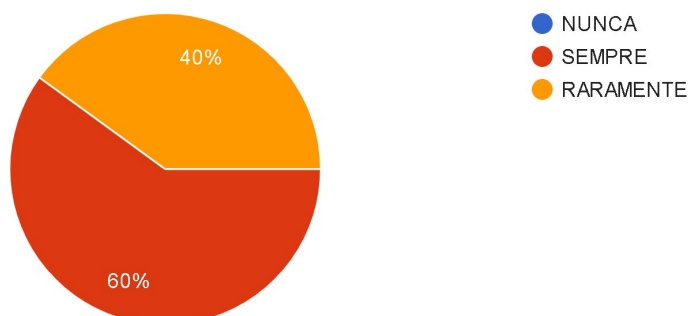
15 respostas



A partir do momento que a escola capacita o sujeito, amplia sua visão de mundo, desenvolvendo nele autoconfiança, reflexão crítica e participativa, com o objetivo de mais oportunidades na sociedade. Uma pequena parcela afirma que os professores não entendem a educação como uma responsabilidade social.

Gráfico 9 - OS CONTEÚDOS CURRICULARES ESTABELECEM RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E AS PRÁTICAS MULTICULTURAIS NA ESCOLA?

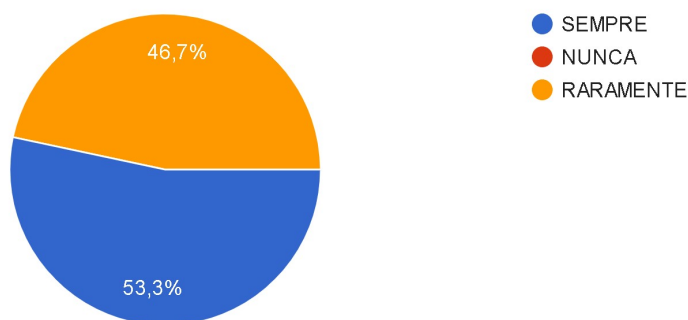
15 respostas



Há uma grande necessidade de estabelecer essa relação, pois ainda não é suficiente, por isso que aos poucos tomam-se medidas para as mudanças, devido a grande velocidade que ela acontece, as informações e o grande número de grupos sociais com pontos de vista que divergem, mas ajudam na construção do saber.

Gráfico 10 - AS FORMAÇÕES ATUALIZAM OS PROFESSORES PARA AS RÁPIDAS MUDANÇAS MULTICULTURAIS, QUE INFLUENCIAM NA EDUCAÇÃO?

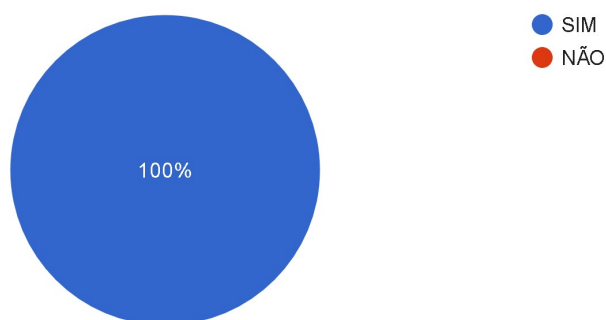
15 respostas



As formações devem sempre acompanhar as mudanças e transformações para que o professor esteja preparado ao receber o aluno, que chega com muitas dúvidas, questionamentos e curiosidades, havendo a necessidade de formações atuais, dinâmicas, fundamentadas cientificamente.

Gráfico 11 - VOCÊ CONCORDA QUE A ESCOLA É UM ESPAÇO DE TROCAS CULTURAIS E A EDUCAÇÃO É TRANSMISSORA DA CULTURA?

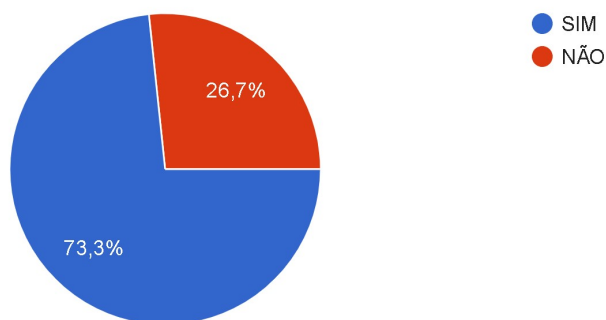
15 respostas



A escola é um espaço de conhecimentos e informações, nela constitui-se comportamentos, tradições, língua de uma sociedade plural é nesse espaço que há a troca e interação cultural. Em conformidade com a nossa exposição teórica, todos os participantes concordam com a afirmação supracitada, representando a influência desta percepção nos atuais profissionais.

Gráfico 12 - NA SUA OPINIÃO, A ESCOLA VALORIZA O MULTICULTURALISMO NAS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

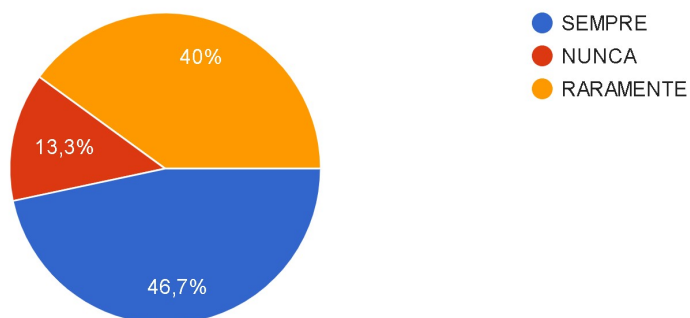
15 respostas



A escola deve ser um ambiente estimulador de valores, que respeite as diferenças dos grupos sociais e suas características culturais. Apesar de haver um constante combate ao preconceito e desigualdades, pois é a escola que deve ser um dos espaços de debates e reflexões multiculturais.

Gráfico 13 - VOCÊ CONSIDERA QUE AS CLASSES SOCIAIS QUE NÃO SÃO MODELOS IDEALIZADOS PELA SOCIEDADE TRADICIONAL SÃO EXCLUÍDAS NO COTIDIANO ESCOLAR?

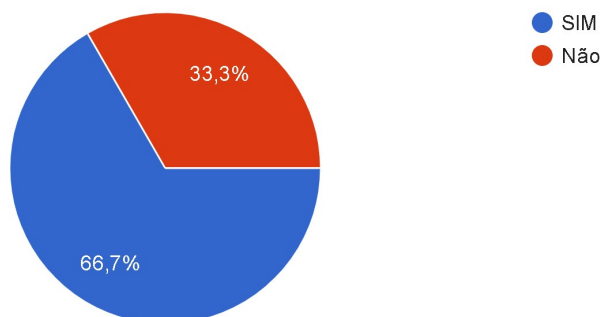
15 respostas



Devido às desigualdades, advindas de diferentes e variados fatores, como os políticos, econômicos e culturais, as classes sociais estabelecem divisões de acordo com a situação socioeconômica do indivíduo na sociedade, refletindo no ambiente escolar, levando-o muitas vezes ao desestímulo profissional em não acreditar no seu potencial humano.

Gráfico 14 - EXISTE A FORMAÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR QUE ABORDE QUESTÃO RELACIONADAS AO MULTICULTURALISMO, ENSINANDO OS ALUNOS A NÃO TEREM PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO COM AS DIVERSAS CLASSES SOCIAIS?

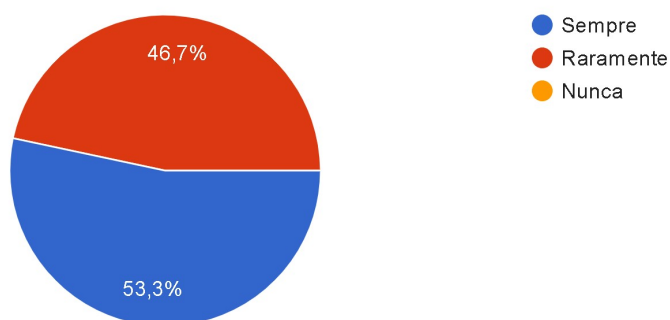
15 respostas



Os currículos escolares abordam a diversidade humana, cultural e social, levando essas discursões as praticas escolares, pois ela deve se fazer presente na aprendizagem, ampliando a visão dos alunos e a forma de perceber o mundo.

Gráfico 15 - O PROFESSOR ESTÁ PREPARADO PARA ENTENDER O MULTICULTURALISMO E PASSAR PARA OS SEUS ALUNOS COMO INTERAGIR E RESPEITAR OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS DE FORMA HARMONIOSA, MINIMIZANDO OS PRECONCEITOS E CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR?

15 respostas



A escola como espaço de diversidade, há sempre a presença de comportamentos preconceituosos. Porém como lugar de aprendizagem e formação, tendo o professor a frente de abordagens relacionadas ao assunto, levando a debates, com colocações de diversos pontos de vista, onde se possa desconstruir informações erradas, que combata a discriminação e amplie o respeito ao próximo.

4.5. Conclusão da metodologia

Por fim, este questionário/entrevista foi de grande importância para realizar a associação entre a pesquisa teórica e a percepção dos profissionais sobre a temática. Foi possível identificar que a grande maioria dos profissionais da educação estão em busca ou tem a visão da necessidade de atualizar-se para estarem aptos as mudanças e de currículo atualizado, que amplie essas questões, acompanhando as transformações e contribuindo para que a escola seja sempre um lugar de reflexão e crescimento humano.

Na pesquisa identificou-se ainda como é necessária a capacitação do profissional da educação para o acompanhamento das rápidas mudanças sociais e da diversidade de informações trazidas pelos alunos que chegam cheio de dúvidas e curiosidades.

Para o domínio desses conhecimentos, os profissionais que buscam nas formações apropriar-se de um vasto conhecimento, contribuem para o aprimoramento do seu trabalho nos espaços de educação, conduzindo assim, o conhecimento e as competências do ser humano dentro do currículo, para que este seja mais plural e que qualifique as competências e atividades humanas.

Em relação ao problema de pesquisa apresentado, consideramos adequado responder que os docentes da rede pública municipal de Maceió que atuam como professores de Jovens, Adultos e Idosos, utilizam da formação profissional contínua, como cursos e pós-graduações para manterem-se atualizados e, assim, atender à pluralidade cultural que os alunos exigem.

Conforme identificamos nos dados obtidos, a maioria dos participantes possui formação para além da licenciatura e, ainda, revelaram posicionamentos críticos em relação às falhas da instituição em promover determinados aspectos da sua função social.

Portanto, arriscamos afirmar que a forma encontrada pelos docentes para lidar com as questões sócio culturais são mais a nível individual, tendo a instituição escolar como um auxílio, mas não dependendo da mesma e, ao mesmo tempo, todos ressaltam a importância de desenvolver o potencial crítico e reflexivo dos alunos, estimulando, assim, o seu potencial humano.

Consideramos, ainda, que atendemos ao objetivo geral desta investigação, ao analisarmos os componentes curriculares, discutirmos a multiculturalidade e identificarmos os desafios e obstáculos encontrados pelos docentes. Ainda, foi feita a análise da gestão do currículo escolar, como a correlação com a Base Nacional Curricular e com o Plano Nacional de Educação, por fim, avaliamos e discutimos sobre a EJA e sobre as ações docentes.

Quanto a coleta de dados, junto aos profissionais da escola, não houve nenhuma dificuldade, pois todos foram bastante solícitos em participar e colaborar com a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma análise teórica, podemos entender os aspectos culturais da sociedade e o multiculturalismo, pois as diversas formas de comportamento influenciam na educação e dentro da escola e essas mudanças ao longo do tempo modificam o comportamento das pessoas. Dessa maneira a educação é um dos caminhos, que amplia a visão para compreensão dessas mudanças, levando o sujeito a uma maior percepção de mundo, ajudando no crescimento do seu potencial humano, pois a diversidade tem um entendimento em uma perspectiva biológica e cultural com a participação humana como sujeito sociocultural.

Currículo, cultura, gênero constituem as categorias de análise dessa investigação, cuja imbricação deverá ser explicada a partir das relações de poder envolvidas na construção social. Nesse sentido a relação de poder perpassa a compreensão e a explicação sobre as relações sociais de gênero na escola, bem como sobre a relação cultural expressa e materializada no currículo (Freire, 2011, p2)

O currículo é um instrumento norteador para o andamento da escola e o alcance da aprendizagem, ele é fundamental na educação, baseando-se em orientações mais ampla determinado por órgãos nacionais e regionais.

Na visão cultural a diversidade pode ser entendida como construção histórica das diferenças, pois são constituídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural de adaptação do sujeito ao meio social e das relações de poder. Limitar a relação entre diversidade e currículo, não é tarefa fácil para os educadores. É um desafio no espaço da educação, que passa por todos os níveis de ensino. Essas reflexões aplicam-se aos profissionais que atuam e realizam práticas curriculares variadas. A educação é um processo de experiência humana nas sociedades, imprescindível, para o desenvolvimento do potencial humano.

No currículo escolar geralmente a diversidade aparece somente como tema de transversalidade. Porém nas escolas a grande maioria de seus profissionais não demonstram dificuldade no trabalho das múltiplas culturas, reconhecendo nos alunos a diversidade cultural que ocupa a escola e divergem e se articulam entre si, pois num mesmo espaço numa mesma região. Há diferentes valores e forma de ver o mundo de acordo com o grupo social que faz parte.

A diversidade cultural deve ser um elemento presente e indagador do currículo que orienta as experiências e práticas, reconhecendo-a enquanto construção histórica, cultural e

social na trajetória e desenvolvimento humano, onde os educadores conseguem trabalhar mais o perfil da comunidade, explorando seu potencial criativo e artístico, contribuindo para o pleno desenvolvimento humano.

Segundo Arroyo (2004a) a escola é também uma organização temporal. Por isso o currículo pode ser visto como um ordenamento temporal do conhecimento e dos processos de ensinar e aprender. A organização escolar é ainda bastante rígida, segmentada e uniforme em nossa tradição, à qual todos alunos e alunas indistintamente têm de adequar seus tempos.

É necessário pensar o tempo como processo e construção histórica e cultural, pois a diversidade é muito mais do que um conjunto de diferenças. É a construção das identidades das lutas sociais. É importante indagar o currículo e os movimentos da sociedade e entender a educação como um direito social. Novos instrumentos culturais levam a caminhos de desenvolvimento a presença de elementos cinestésicos repercutem na atenção, no cérebro e sua função de acordo com os objetos culturais no determinado período histórico.

A aprendizagem e desenvolvimento humano, envolve receber informações e possibilitar ir além delas pelas funções mentais, constituir conhecimentos através de estratégias que se modificam em função dos conteúdos aprendidos, estabelecendo uma relação de integração e organização na memória, pois a aprendizagem é um processo múltiplo de estratégias. Dessa maneira, não há como separar as experiências pedagógicas da educação cultural, pois estão totalmente ligadas e é através dela, que há as mudanças de comportamento e a diminuição das desigualdades sociais, contribuindo assim, para desenvolver o potencial humano.

Já na composição do currículo norteado pela Base Nacional Curricular Comum, indicam e dão as orientações multidisciplinares marcadas por uma perspectiva interdisciplinar, onde devemos levar em consideração as vertentes multiculturais, que contribuem para o desenvolvimento social. Portanto o currículo estabelece através de instrumentos nas formações de professores, práticas pedagógicas, organização de conteúdos, intencionais de transformação humana e aprendizagem a inclusão social e o potencial humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apple, M. W. (2008). *Ideologia e currículo*. (3 ed). Porto Alegre: Artmed.
- Arroyo, M. G. (2011). *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Base Nacional Curricular Comum (2018). Secretaria de Educação Básica – Brasília DF. Disponível em:
- Brasil (2016). *Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília: Inep.
- Candau, V. M. (2002). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e proposta*. Petrópolis: Vozes.
- Candau, V. M. (2005). Sociedade, multiculturalismo e educação: tensões e desafios. In: *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós crítico*. DP&A.
- Chiavenato, I. (2014). *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. (4 ed). Barueri: Manole.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília: Imprensa Oficial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Lopes, M. (3. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Gomes, N. L. (2008). *Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Maceió. (2016). *Guia prático de gestão escolar da rede municipal de ensino de Maceió: orientações para a formação continuada de gestores escolares*. Secretaria Municipal de Educação: Editora Viva.
- Mclarem, P. (2000). Multiculturalismo crítico. Trad. Scgaefer, B. (3 ed.). In: *Coleção Prospectiva*, 3. São Paulo: Cortez.
- Moreira, A. F. B.; Candau, V. M. (2003). Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: *Revista brasileira de Educação*, 23 . Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: São Paulo, 156-170.

Newston, J. W. (2011). Mudanças no cenário e impacto no comportamento humano nas organizações. Trad. Santos, I. P. F. Porto Alegre.

Sacristán, J. G. (2013). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso.

Sacristán, J. G. (2017). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Rosa, E. F. F. (3 ed.). Porto Alegre: Penso.

Silva, T. T. (2013). *Alienígenas na sala de aula*. (11 ed.). Petrópolis: Vozes.

Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. (17 ed.). Petrópolis: Vozes.

Wunderlich, M; Sita, M. (2013). *Coaching e Mentoring foco na excelência: saiba como ultrapassar a barreira do comum e vencer na vida pessoal e profissional*. São Paulo: Ser Mais.